

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 0209.01/2026

Processo Administrativo Nº 0204.01SEDUC/2026

A Prefeitura Municipal de Coreaú – CE, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 14.133/2021, da Lei Complementar n.º 123/2006 alterada pela Lei Complementar n.º 147/2014, e, de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, fará realizar licitação na modalidade CONCORRÊNCIA na forma ELETRÔNICA mediante as condições estabelecidas neste Edital.



ÓRGÃO GERENCIADOR

Secretaria Municipal de Educação - Fundo Municipal Para Gestão da Movimentação dos Recursos do FUNDEB



OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR A OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL SÃO LUÍS, NA LOCALIDADE ALTO DO LIMOEIRO, COREAÚ-CE



VALOR TOTAL ESTIMADO

R\$ 682.998,18 (seiscentos e oitenta e dois mil, novecentos e noventa e oito reais e dezoito centavos)



PORTAL UTILIZADO: Licita Coreaú

ENDEREÇO DO PORTAL: <https://licitacoreauce.com.br/>

DATA: 24 de março de 2026

HORÁRIO: 09:00 (HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF)

E-MAIL: licitacao@coreau.ce.gov.br



AGENTE DE CONTRATAÇÃO

JOSÉ MARIA MOREIRA FILHO

AUTORIDADE COMPETENTE

Francisco Douglas de Souza Farias

CRITÉRIOS ESPECÍFICOS DA CONTRATAÇÃO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO	MENOR PREÇO
FORMA DE ADJUDICAÇÃO	GLOBAL
MODO DE DISPUTA	ABERTO
INTERVALO ENTRE OS LANCES	R\$ 10,00 (dez reais)
REGIME DE EXECUÇÃO	EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL
EXIGÊNCIA DE VISITA TÉCNICA	NÃO
APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS	NÃO
EXIGÊNCIA DE GARANTIA DE PROPOSTA	SIM (1%)
EXIGÊNCIA DE GARANTIA DE CONTRATO	NÃO



PERMITE PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO	NÃO
HAVERÁ INVERSÃO A FASE DE HABILITAÇÃO?	NÃO
PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA	90 (noventa) DIAS

DOS BENEFÍCIOS ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE	
Itens/Lotes destinados a participação exclusivamente para MEI/ME/EPP, cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)? (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)	NÃO
Itens/Lotes com reserva de cotas destinados a participação exclusivamente para MEI/ME/EPP? (Art. 48, III, Lei Complementar nº 123/06)	NÃO
Prioridade de contratação para MEI/ME/EPP sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido? (Art. 48, §3º, Lei Complementar nº 123/06)	NÃO

1. OBJETO DA LICITAÇÃO

- 1.1. A presente licitação tem por objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR A OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL SÃO LUÍS, NA LOCALIDADE ALTO DO LIMOEIRO, COREAÚ-CE**, conforme as quantidades, especificações e condições descritas no Termo de Referência/Projeto Básico, anexo a este Edital.
 - 1.1.1. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas na Plataforma do Processo de Contratação e as especificações constantes deste Edital, serão consideradas como válidas as do Edital, sendo estas a que os licitantes deverão se ater no momento da elaboração da proposta.

2. RECURSO ORÇAMENTÁRIO

- 2.1. Nos termos da legislação vigente, a indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da formalização do contrato ou instrumento equivalente.

3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste procedimento de contratação as interessadas estabelecidas no País, que satisfaçam as condições e disposições contidas neste Edital e nos seus Anexos, inclusive quanto à documentação, que desempenhem atividade pertinente e compatível com o objeto deste procedimento de contratação, previamente credenciadas no sistema "LICITA COREAÚ" através do site <https://licitacoreauce.com.br/>.
 - 3.1.1. Em atendimento ao § 10 do Art. 80 da Lei 14.133/2021, só poderão participar deste certame as empresas devidamente qualificadas tecnicamente, que possuam o Certificado de Pré-Qualificação vigente emitido pela Prefeitura de Coreau, em conformidade com o Edital de Pré-Qualificação Nº PQ0210.01/2026 Processo Administrativo PQ0210.01/2026
 - 3.1.2. A qualificação exigida, examinada e atestada previamente mencionada no subitem anterior se refere somente quanto à Qualificação Técnica das interessadas, devendo assim as mesmas apresentarem todos os outros documentos de habilitação exigidos na Lei 14.133/2021. Os documentos solicitados nos subitens 15.4 do Termo de Referência deverão ser apresentados para fins de Aptidão Técnica através de Procedimento Auxiliar de Pré-Qualificação supracitado, publicado anteriormente, não havendo necessidade de ser reapresentados no certame para comprovação técnica, devendo ser apresentado somente o Certificado de Pré-Qualificação
 - 3.1.3. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste certame deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.



- 3.1.4. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a Prefeitura Municipal responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 3.1.5. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este procedimento.
- 3.1.6. Informações complementares sobre o credenciamento junto ao provedor do sistema deverão ser obtidas diretamente com o suporte técnico da plataforma indicada neste edital.
- 3.2. Conforme definido nos Critérios Gerais da Contratação, no preâmbulo deste edital, os itens ou lotes, conforme o critério de adjudicação, com valores até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), são de participação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 3.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do processo de contratação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 3.3. Ficam impedidos de participar desta licitação:
- 3.3.1. Aquele que não atenderem às condições deste edital;
- 3.3.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando o processo de contratação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.3.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando o processo de contratação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.3.4. Aquele que estejam em processo de dissolução, liquidação, falência ou concurso de credores;
- 3.3.4.1. Nos casos em que o empresário esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, poderá participar desde que apresente o plano de recuperação homologado em juízo.
- 3.3.5. Pessoa Física ou Jurídica que se encontre, ao tempo do processo de contratação, impossibilitada de contratar com a administração pública em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.3.5.1. O impedimento de que trata o este item será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.3.6. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.3.7. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.3.8. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.3.9. Agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.3.9.1. A vedação de que trata este estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



- 3.3.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, do processo de contratação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.3.12. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;
- 3.4. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.5. A simples apresentação da proposta implica, por parte do licitante, de que inexistem fatos que impeçam a sua participação na presente licitação, eximindo assim o agente de contratação de qualquer responsabilidade civil ou penal.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. **No preâmbulo deste edital está definido se a fase de habilitação poderá ou não anteceder as fases de apresentação de propostas e lances nos termos do art. 17, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.**
 - 4.1.1. Caso a fase de habilitação NÃO anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, dos documentos de habilitação somente serão exigidos, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
 - 4.1.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto neste Edital.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o valor de sua proposta, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.
- 4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
 - 4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
 - 4.4.2. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
 - 4.4.3. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens anteriores sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



- 4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.10. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.11. A entrega da proposta e dos documentos de habilitação, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, com todos os dados exigidos no Termo de Referência/Projeto Básico.
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.8. O prazo de validade da proposta é aquele estabelecido no preâmbulo deste edital de licitação, contados da data de abertura da sessão pública.
- 5.8.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura do Contrato, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Agente de Contratação e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 6.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do presente procedimento de contratação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
- 6.4. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança de sua proposta e seus documentos de habilitação.
- 6.5. Aberta a sessão pública do certame, as propostas de preços serão irretiráveis, não se admitindo retificações ou alterações nos preços ou nas condições estabelecidas, salvo quanto aos lances ofertados, na fase própria do certame.



7. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 7.1. O Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência/Projeto Básico.
 - 7.1.1. Também será desclassificada a proposta inicial preenchida e que houver quaisquer identificações do licitante.
 - 7.1.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
 - 7.1.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
 - 7.1.4. Conforme regulamentado no Art. 58 da Lei 14.133/21, a Garantia de Proposta exigida no subitem 8.1 do Termo de Referência deverá ser anexada junto à proposta final, quando do cadastramento da plataforma, sob pena de desclassificação da proposta, haja vista se tratar de documento referente à Proposta de Preços e não de Documento de Habilitação.
 - 7.1.5. Quando a Garantia de Proposta for prestada na modalidade de que trata o Inciso II do Art. 96 (Fiança Bancária), esta deverá ser emitida através de Instituição Financeira autorizada pelo Banco Central, conforme regulamentado no Inciso X, do Art. 10, da Lei nº 4.595/64, RESOLUÇÃO BACEN-CMN Nº 2.325/96, e Acórdão Nº 498/2011TCU/Plenário, reiterada no Acórdão 2784/2019 Plenário
- 7.2. O Agente de Contratação poderá suspender a sessão pública da licitação quando constatar que a avaliação da conformidade das propostas, irá perdurar por mais de um dia.
 - 7.2.1. Após a suspensão da sessão pública, o Agente de Contratação enviará, via chat, mensagens aos licitantes informando a data prevista para o início da oferta de lances.
- 7.3. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

- 8.1. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e valor consignados no registro de cada lance.
- 8.2. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ou percentual de desconto superior ao último por ela ofertada e registrado no sistema
- 8.3. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, está estabelecido no preâmbulo deste edital.
- 8.4. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.
- 8.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.6. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
- 8.7. O licitante poderá solicitar a exclusão de seu último lance ofertado, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível, que será avaliado pelo Agente de Contratação.
- 8.8. Durante a fase de lances, o Agente de Contratação poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja entendido como manifestamente inexequível.
- 8.9. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do Processo de Contratação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.10. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.11. **No preâmbulo deste edital está definida o modo de disputa deste certame, que será:**



8.11.1. Modo de Disputa Aberto:

- 8.11.1.1. No modo de disputa “aberto”, a apresentação de lances públicos é de forma sucessiva, com prorrogações.
- 8.11.1.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 8.11.1.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 8.11.1.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 8.11.1.5. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Agente de Contratação, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 8.12. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
 - 8.12.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
 - 8.12.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - 8.12.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - 8.12.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - 8.12.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
 - 8.12.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
 - 8.12.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - 8.12.2.2. empresas brasileiras;
 - 8.12.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 8.12.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

9. DOS CRITÉRIOS PARA APLICAÇÃO DE BENEFÍCIOS ÀS ME/EPPs

- 9.1. O licitante que deixar de assinalar o campo da “Declaração de ME/EPP” não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas.
- 9.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, e nos termos estabelecidos no preâmbulo do presente instrumento.
- 9.3. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa e empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:
 - 9.3.1. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências



habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste procedimento.

- 9.3.2. Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma da subcondição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- 9.3.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate.
- 9.3.4. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 05 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006.
- 9.3.5. Na hipótese de não contratação nos termos previstos neste item, o procedimento licitatório prossegue com as demais licitantes.
- 9.4. **No preâmbulo do presente instrumento constam todos os benefícios específicos que serão aplicados às microempresas e empresas de pequeno porte, e conforme cada benefício seguirão regras específicas, conforme estabelecido nos itens subsequentes.**
- 9.5. Quando aplicado o benefício de itens/lotos destinados à participação exclusiva para MEI/ME/EPP, com valores totais até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), proceder-se-á da seguinte forma:
- 9.5.1. Em atendimento ao disposto no artigo 48, I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, todos os itens/lotos cujo valor total seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), serão destinados exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte.
- 9.6. Quando aplicado o benefício de Itens/Lotes com reserva de cotas destinados a participação exclusivamente para MEI/ME/EPP?, proceder-se-á da seguinte forma:
- 9.6.1. Em atendimento ao disposto no artigo 48, III, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, todos os itens/lotos cujo valor total seja superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), serão divididos em cotas para participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme percentual estabelecido no preâmbulo deste instrumento.
- 9.6.2. Para a cota reservada para microempresas e empresas de pequeno porte, a proposta comercial deverá ser apresentada separadamente, para cada item/lote, conforme itens relacionados no Termo de Referência.
- 9.6.3. Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem preço do primeiro colocado.
- 9.6.4. Se a mesma licitante vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação se dará pelo menor preço ofertado.
- 9.7. Quando aplicado o benefício de prioridade de contratação para MEI/ME/EPP sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, proceder-se-á da seguinte forma:
- 9.7.1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte sediada no âmbito local ou regional, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte sediada localmente ou regionalmente, que seja igual ou até 10% (dez por cento) superior à proposta mais bem classificada, será dada PRIORIDADE de contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte sediada localmente ou regionalmente, com a declaração de vencedor do item.
- 9.7.2. No preâmbulo deste instrumento convocatório está definido se o presente benefício será aplicado somente em âmbito local ou regional.
- 9.8. A participação nos itens/lotos expressamente reservados às microempresas e empresas de pequeno porte, por licitante que não se enquadra na definição legal reservada a essas categorias, configura fraude ao certame, sujeitando a mesma à aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com esta Prefeitura Municipal, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

10. DA NEGOCIAÇÃO



- 10.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 10.2. O Agente de Contratação poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.
- 10.3. Na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 10.3.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 10.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 10.5. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance no prazo mínimo de 2h (duas horas), acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital, contado da convocação efetuada pelo Agente de Contratação.
- 10.5.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Agente de Contratação por solicitação justificada do licitante, formulada antes do fim do prazo, e formalmente aceita.
- 10.5.2. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada nesta seção, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.
- 10.6. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11. DA FASE DE JULGAMENTO

- 11.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e as Condições de Participação deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
 - 11.1.1. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União;
 - 11.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União; e
 - 11.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União;
- 11.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992
- 11.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
 - 11.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
 - 11.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 11.4. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 11.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 11.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com este Edital.
- 11.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.



- 11.7.1. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 11.7.1.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
- 11.8. O Agente de Contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, em prazo indicado no Chat, sob pena de não aceitação da proposta.
- 11.8.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Agente de Contratação, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Agente de Contratação, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta
- 11.8.2. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.
- 11.8.3. Considerar-se-á inexequível a proposta que não possa ter demonstrado sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste procedimento de contratação.
- 11.8.4. Antes de desclassificar a proposta de preços e/ou lance ofertado, será oportunizado, em caráter de diligência, à empresa licitante de melhor oferta que apresente documento(s) que comprove(m) que o(s) preço(s) ofertado(s) não é(são) inexequível(eis).
- 11.9. Será desclassificada a proposta que:
- 11.9.1. não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo Agente de Contratação;
- 11.9.2. contiver vícios insanáveis;
- 11.9.3. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 11.9.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 11.9.5. com valor unitário ou global com preços manifestamente inexequíveis
- 11.9.5.1. Considerar-se-á inexequível a proposta que não possa ter demonstrado sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste procedimento de contratação.
- 11.9.5.2. Antes de desclassificar a proposta de preços e/ou lance ofertado, será oportunizado, em caráter de diligência, à empresa licitante de melhor oferta que apresente documento(s) que comprove(m) que o(s) preço(s) ofertado(s) não é(são) inexequível(eis)
- 11.9.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 11.10. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores ao percentual indicado no preâmbulo deste Edital do valor orçado pela Administração.
- 11.10.1. inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:
- 11.10.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 11.10.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 11.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 11.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;



- 11.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 11.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 11.13. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência/Projeto Básico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 11.13.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 11.13.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 11.13.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 11.13.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência/Projeto Básico.

12. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 12.1. **Os documentos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.**
- 12.2. A regra para o momento de envio dos documentos de habilitação é aquela definida no preâmbulo deste edital, podendo ou não anteceder as fases de apresentação de propostas e lances nos termos do art. 17, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.3. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência/Projeto Básico somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 12.3.1. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 12.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, em 2 (duas) horas.
- 12.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais ou cópias autenticadas quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 12.5.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados para a Comissão Permanente de Licitação, situada no endereço indicado no rodapé deste edital.
- 12.6. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64)
- 12.6.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 12.6.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 12.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 12.8. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



- 12.9. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 12.10. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.
- 12.11. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 12.11.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 12.12. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 12.12.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 12.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 12.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 12.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização.
- 12.14.1. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 12.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação.
- 12.15.1. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 12.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma
- 12.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 12.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 12.19. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, especialmente quanto ao capital social ou patrimônio líquido mínimo, quando assim o edital exigir, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.
- 12.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.



13. DA AMOSTRA

- 13.1. As regras relacionadas a apresentação de amostras são as estabelecidas no Termo de Referência/Projeto Básico, anexo a este Edital.

14. DA VISITA TÉCNICA

- 14.1. As regras relacionadas a visita técnica são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

15. DOS RECURSOS

- 15.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 15.2. Declarada a vencedora, o Agente de Contratação abrirá prazo não inferior a 10 (dez) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.
- 15.2.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 15.2.2. A falta de manifestação do licitante quanto à intenção de recorrer importará a preclusão desse direito e autoriza o Agente de Contratação a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.
- 15.3. A licitante que manifestar a intenção de recurso deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.
- 15.3.1. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação
- 15.3.2. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 15.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 15.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 15.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente
- 15.7. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 15.8. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico com endereço no preâmbulo deste instrumento.

16. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 16.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 16.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação durante o certame;
- 16.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 16.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 16.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 16.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 16.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 16.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 16.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



- 16.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 16.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 16.1.5. fraudar a licitação
- 16.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 16.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 16.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 16.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 16.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 16.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 16.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 16.2.1. advertência;
- 16.2.2. multa;
- 16.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 16.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 16.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 16.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 16.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 16.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 16.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 16.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 16.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 16.4.1. Para as infrações previstas nos itens 16.1.1, 16.1.2 e 16.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 16.4.2. Para as infrações previstas nos itens 16.1.4, 16.1.5, 16.1.6, 16.1.7 e 16.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 16.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 16.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 16.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 16.1.1, 16.1.2 e 16.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito desta Administração Pública direta e indireta, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 16.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 16.1.4, 16.1.5, 16.1.6, 16.1.7 e 16.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 16.1.1, 16.1.2 e 16.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 16.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 16.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor desta Administração.



- 16.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 16.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 16.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 16.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 16.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados a essa Administração.

17. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- 17.1. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste procedimento de contratação mediante petição a ser enviada para o endereço eletrônico descrito no preâmbulo do presente edital ou através de campo próprio do sistema.
- 17.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 17.3. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 17.4. Para a resposta dos esclarecimentos e o julgamento das impugnações o Agente de Contratação será auxiliado pelo setor técnico competente.
- 17.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 17.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.
- 17.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas no mural da plataforma utilizada para realização do certame através do endereço <https://licitacoreauce.com.br/> e vincularão os participantes e a Administração.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 18.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 18.2. A Autoridade Competente do Órgão Requisitante compete anular este procedimento de contratação por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.
- 18.2.1. A anulação do procedimento de contratação induz à extinção do contrato.
- 18.2.2. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
- 18.3. O Agente de Contratação poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ela, para orientar sua decisão.



- 18.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente desta Prefeitura.
- 18.5. O Agente de Contratação ou à Autoridade Superior, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais, desde que não comprometam a proposta, a legislação vigente e a lisura desta Licitação, reservando-se o direito de promover diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da Sessão Pública.
- 18.6. As normas que disciplinam este procedimento de contratação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 18.7. Em caso de discrepância entre os anexos e o Edital prevalecerá a redação deste.
- 18.8. Em se tratando de certame que seja para aquisição de bens de natureza divisível, que possua cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte:
- 18.8.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.
- 18.8.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.
- 18.8.3. Será priorizada a aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.
- 18.9. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários.
- 18.10. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a Sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Agente de Contratação em contrário.
- 18.11. Aplicam-se às cooperativas enquadradas na situação do art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, todas as disposições relativas às MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.
- 18.12. Os casos omissos serão decididos pelo Agente de Contratação em conformidade com as disposições constantes das Leis no preâmbulo deste Edital e demais normas pertinentes.
- 18.13. Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Edital, fica eleito o Foro da Comarca de Coreaú - CE, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 18.14. Este Edital será fornecido a qualquer interessado, através dos sítios <https://licitacoreauce.com.br/> e www.coreau.ce.gov.br.
- 18.15. Os licitantes ficam informados sobre os termos da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos contra a Administração Pública, em especial, ao constante no art. 5.º, inciso IV, correspondente aos procedimentos licitatórios, indicando que qualquer indício de conluio, ou de outra forma de fraude ao certame, implicará aos envolvidos as penalidades previstas no mencionado diploma legal.



19. ANEXOS

Anexo I	Termo de Referência
Anexo II	Modelo de Proposta de Preços
Anexo III	Minuta do Termo de Contrato
Anexo IV	Projeto Básico

Coreau – CE, 09 de fevereiro de 2026

Francisco Douglas de Souza Farias
ORDENADOR DE DESPESAS

COREAU
A MELHOR
EDUCAÇÃO
DO BRASIL



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, LEI 14.233/2021.

1. DO OBJETO

- 1.1. O presente Termo de Referência visa CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR A OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL SÃO LUÍS, NA LOCALIDADE ALTO DO LIMOEIRO, COREAÚ-CE, conforme tabela, condições e exigências estabelecidas neste instrumento
- 1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2. ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DE CONSUMO

- 2.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 682.998,18 (seiscentos e oitenta e dois mil, novecentos e noventa e oito reais e dezoito centavos) conforme custos unitários descritos na tabela abaixo.

2.2.

ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO					
Item	Descrição	Unidade	Quant.	R\$ Unit.	R\$ Total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR A OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL SÃO LUÍS, NA LOCALIDADE ALTO DO LIMOEIRO, COREAÚ-CE	SERVIÇO	1	R\$ 682.998,18	R\$ 682.998,18
Valor Total					R\$ 682.998,18

3. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. A presente intervenção configura-se como medida de caráter urgente, tendo em vista que a atual estrutura física da Escola Municipal São Luís não dispõe de espaços suficientes e adequados para suprir as necessidades pedagógicas decorrentes da implantação do regime de tempo integral.
- 3.2. O aumento da carga horária escolar exige ambientes apropriados para atividades pedagógicas, recreativas, culturais e de apoio, o que atualmente não é possível de forma satisfatória. Dessa forma, a reforma e ampliação visam oferecer melhores condições de ensino e aprendizagem, promovendo um ambiente mais seguro, acolhedor e funcional para estudantes e profissionais da educação.
- 3.3. A obra está alinhada às diretrizes do Documento Curricular do Município de Coreaú-DCMC (Instituído pela Lei Municipal 736/22 de 28 de setembro de 2022), e às políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade da educação básica.
- 3.4. A educação em tempo integral no Brasil prevê a permanência dos alunos na escola por, no mínimo, sete horas diárias ou 35 horas semanais, visando o desenvolvimento pleno (intelectual, físico, emocional, social e cultural). Instituída pelo Programa Escola em Tempo Integral, busca ampliar matrículas com foco na BNCC.
- 3.5. Aspectos Principais da Educação em Tempo Integral: Definição e Legislação: Lei Federal nº 14.640/2023 instituiu o programa com objetivo de ampliar matrículas na educação básica, buscando cumprir a meta 6 do PNE (2014-2024), com apoio do MEC.
 Tempo vs. Integralidade: Enquanto o tempo integral foca na ampliação da jornada, a "educação integral" refere-se à formação plena do sujeito. Um projeto de qualidade utiliza as horas extras para atividades diversificadas, não apenas reforço escolar.
 Currículo e Atividades: Inclui atividades de educação física, esportes, artes, cultura, tecnologia, além de alimentação, higiene e atividades de organização coletiva.

Benefícios: Aumenta o tempo de permanência em espaço protegido, melhora o aprendizado, reduz evasão e reprovação, além de oferecer oportunidades para o desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais.



Metas: O programa federal busca aumentar o número de matrículas, com foco em regiões com maior vulnerabilidade socioeconômica, com um investimento significativo previsto para a expansão até 2026.

3.6. O sucesso dessa modalidade depende da reestruturação do currículo e da infraestrutura, alinhando as propostas pedagógicas às necessidades contemporâneas. A proposta pedagógica do município de Coreaú é elevar a carga horária de 35h para 45h semanais.

3.7. A Educação em Tempo Integral da Rede Pública Municipal de Educação tem por objetivo ampliar o tempo de permanência dos estudantes, os espaços escolares e as oportunidades de aprendizado, visando à formação integral de crianças, de adolescentes e de jovens matriculados nas unidades de ensino de Coreaú.

3.8. A Educação em Tempo Integral tem por principais finalidades:

I - Ampliar o tempo de permanência dos estudantes na escola e as oportunidades de aprendizado por meio de experiências curriculares, integração, interações diversas e espaços escolares;

II - Aumentar a proficiência relativa aos conteúdos associados às competências e às habilidades desejáveis para cada ano escolar e em cada componente curricular;

III - Reduzir a reprovação, evasão e o abandono, melhorando o fluxo escolar;

IV - Promover o desenvolvimento das múltiplas dimensões da infância, adolescência e juventude, considerando o corpo, a mente e a vida social;

V - Formar crianças, adolescentes e jovens autônomos, críticos, participativos e solidários;

VI - Fomentar o diálogo entre o Poder Público, a Comunidade Escolar e a Sociedade Civil;

VII - possibilitar práticas pedagógicas que promovam interações e brincadeiras e que garantam o cuidar e o educar;

VIII - Garantir o currículo escolar, articulando os componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular, do Documento Curricular do Município de Coreaú – DCMC, com as experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, buscando articular vivências e saberes dos estudantes com os conhecimentos historicamente acumulados;

IX - Prover a adequação na infraestrutura física necessária para o funcionamento das Unidades de Ensino Municipais de Educação em Tempo Integral;

X - Planejar e oferecer formação continuada em rede e em serviço para os gestores, professores e demais profissionais vinculados à Educação em Tempo Integral;

XI - Ampliar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do Ensino Fundamental em relação ao fluxo e ao desempenho nas avaliações internas e externas; e

XII - Priorizar o acesso ao Ensino Fundamental, fomentando a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação inclusiva e a transversalidade nessa etapa da Educação Básica.

3.9. A Educação em Tempo Integral pretende formar cidadãos de direito em todas as suas dimensões, tornando os estudantes mais criativos, empreendedores, conscientes e participantes, desenvolvendo-os intelectual e fisicamente, incentivando os cuidados com a saúde, a responsabilização pela natureza, a produção de arte, a valorização da história e do patrimônio, o respeito pelos direitos humanos e pela diversidade e a promoção de um país mais justo e solidário, além de propiciar uma convivência pacífica e fraterna dentro dos espaços escolares e do território de localização da unidade de ensino.

3.10. Mais detalhes quando a fundamentação da presente contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência

4. DO ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ORGANIZAÇÃO



4.1. A presente aquisição está prevista no Plano de Contratação Anual referente ao exercício de 2026, sob o código Nº 20251028322.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. A descrição da solução como um todo considerado o ciclo de vida do objeto e especificação do serviço encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Os requisitos da contratação, como critérios de sustentabilidade, encontram-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

7. DA VISTORIA

7.1. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

8. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

8.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

9. DA GARANTIA DE PROPOSTA

9.1. Juntamente com a proposta de preços final, o Licitante deverá anexar Garantia de Proposta, como requisito de pré-habilitação, no montante de 1,0% (um por cento) do valor estimado da contratação, nos termos do artigo 58, caput e §1º, da Lei nº 14.133/2021.

9.2. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

9.3. A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96 da Lei 14.133 de 2021.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

11. DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

11.1. Em conformidade com a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, em seu artigo 48, incisos I e III, alterados pela Lei Complementar 147, de 07 de agosto de 2014, esta licitação terá:

11.1.1. Na licitação, deverá ser assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, que ofertar lance até 5% (cinco por cento) superior ao melhor lance, nos termos do §2º do art. 44 da LC 123/2006;

12. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

12.1. O prazo de vigência da contratação é de **180 (cento e oitenta) dias** contados do início da vigência que consta descrita no instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

13.1. Fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO** na modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**

Forma de execução

13.2. O serviço objeto será **PARCELADO**

14. PROPOSTA DE PREÇOS



- 14.1. Os preços propostos deverão incluir todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer fretes, impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscal e previdenciário a que estiver sujeito, e demais custos que incidam, direta ou indiretamente, na execução do objeto a ser contratado;
- 14.2. A proposta de preço deverá conter a discriminação detalhada dos serviços ofertados, quantidade solicitada, o valor unitário (numérico), valor total (numérico e por extenso), prazo de validade da proposta de no mínimo 90 (noventa) dias e prazo de execução dos serviços.
- 14.3. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance, acompanhada dos seguintes documentos:
- 14.3.1. Planilha de Custos e Formação de Preços:
- 14.3.1.1. Na composição dos preços unitários o licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços;
- 14.3.1.2. Nos preços cotados deverão estar incluídos custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto e todos os insumos que os compõem, tais como despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto;
- 14.3.1.3. A Proposta será um conjunto de documentos que deverá conter a Carta Proposta e todas as demais partes obrigatórias de uma Proposta de Obra/Serviço de Engenharia, conforme Projeto Básico (Orçamento, Cronograma Físico-Financeiro, BDI, Composições e Encargos);
- 14.3.1.4. As alíquotas constantes no BDI e nas Composições deverão corresponder às reais alíquotas que a licitante está efetivamente obrigada a contribuir, considerando seu Tipo de Recolhimento de Imposto e Faixa de Tributação, visando evitar desconformidades com a legislação vigente e informações inverídicas que afetam a veracidade dessas alíquotas e conseqüentemente os reais valores.
- 14.3.1.5. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida;
- 14.3.1.6. Não se admitirá, na proposta de preços, custos identificados mediante o uso da expressão "verba" ou de unidades genéricas.
- 14.3.2. Benefícios e Despesas Indiretas - BDI, detalhando todos os seus componentes, inclusive em forma percentual.

15. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

- 15.1. A **HABILITAÇÃO JURÍDICA** será comprovada, mediante a apresentação da seguinte documentação:
- 15.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 15.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 15.1.3. No caso de sociedade empresária, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;
- 15.1.4. No caso de ser o participante sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 15.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 15.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 15.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;



- 15.1.8. No caso de atividade adstrita a uma legislação específica: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.
- 15.1.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 15.2. A **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- 15.2.1. **Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado, independente se a fase de habilitação irá ou não anteceder as fases de apresentação de propostas e lances.**
- 15.2.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), através do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, emitido pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, comprovando possuir situação cadastral ativa para com a Fazenda Federal, ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 15.2.3. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, comprovando possuir Inscrição Habilitada no cadastro de contribuintes estadual, ou Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal quando se tratar de prestador de serviço.
- 15.2.4. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 15.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual;
- 15.2.5.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 15.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Municipal;
- 15.2.6.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 15.2.7. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- 15.2.8. Prova de regularidade com a justiça trabalhista, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida por órgão competente da Justiça do Trabalho (conforme Art. 3º da Lei Nº 12.440/2011);
- 15.2.9. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- 15.2.10. Quando se tratar da subcontratação prevista no art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, a licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal, social e trabalhista das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização.
- 15.3. **HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**, que será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:



- 15.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial em caso de pessoas físicas, emitida até 60 (sessenta) dias antes da data da sessão pública ou que esteja dentro do prazo de validade constante da própria certidão;
- 15.3.1.1. Caso admitida participação de Pessoas Físicas ou Sociedade Simples, deverá ser apresentada Certidão Negativa de Insolvência Civil, expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, desde que admitida a sua participação na licitação.
- 15.3.1.2. Balanço Patrimonial e Conjunto Completo das Demonstrações Contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais apresentados na forma da lei, inclusive Notas Explicativas, e DLPA (nos termos do acórdão 1544/2008-TCU), que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
- 15.3.2. Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
- 15.3.2.1. Os documentos referidos no item acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 15.3.2.2. As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso, devidamente registrado na forma da lei.
- 15.3.2.3. As sociedades empresárias enquadradas nas regras da Instrução Normativa RFB nº 2003, de 18 de janeiro de 2021, que dispões sobre a Escrituração Contábil Digital – ECD, para fins fiscais e previdenciários poderão apresentar o balanço patrimonial e os termos de abertura e encerramento do livro diário, em versão digital, obedecidas as normas do parágrafo único do art. 2º da citada instrução quanto a assinatura digital nos referidos documentos, quanto a Certificação de Segurança emitida por entidade credenciada pela infraestrutura de Chaves Públicas – Brasileiras – ICP – Brasil.
- 15.3.3. Declaração, assinada por Profissional área Contábil devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos nos termos do §1º, art. 69 da Lei 14.133/2021, aplicando fórmulas da seguinte forma:

Índice de Liquidez Geral (≥ 1,00):

$$LG = \frac{\textit{Ativo Circulante} + \textit{Realizável a Longo Prazo}}{\textit{Passivo Circulante} + \textit{Passivo Não Circulante}}$$

Índice de Liquidez Corrente (≥ 1,00):

$$LC = \frac{\textit{Ativo Circulante}}{\textit{Passivo Circulante}}$$

Índice de Solvência Geral (≥ 1,00):

$$SG = \frac{\textit{Ativo Total}}{\textit{Passivo Circulante} + \textit{Passivo Não Circulante}}$$

- 15.3.4. Da análise dos documentos apresentados serão calculados os índices Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (LG), que deverão apresentar resultado igual ou superior a 1 (um).
- 15.3.5. As empresas que apresentarem resultado do quociente de capacidade econômico-financeira menor do que o exigido, quando de sua habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a administração, patrimônio líquido no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor total dos seus itens ofertados, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta através de índices oficiais.
- 15.3.6. O Microempreendedor Individual (MEI) que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123 de 2006 estará dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício;



- 15.4. A **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**, que será comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:
- 15.4.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- 15.4.1.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições peculiares da contratação.
- 15.4.2. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo);
- 15.4.3. Comprovação de aptidão **técnica-operacional** para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 15.4.4. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- 15.4.5. Comprovação da licitante/proponente de possuir em seu nome, na data prevista para entrega dos documentos, ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA, expedido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado que comprove(m) a execução de obra/serviço com características semelhantes e de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, cujas parcelas de maior relevância técnica tenham sido:
- ITEM: 7.2/8.2 – SEINFRA C1920 - PISO INDUSTRIAL NATURAL ESP.= 12mm, INCLUS. POLIMENTO (INTERNO)
ITEM: 9.4 - SEINFRA C3487 - APLICAÇÃO DE LIQUIBRILHO SOBRE PINTURAS, DUAS DEMÃOS.
ITEM: 2.6 – SEINFRA C0216 - ARMADURA CA-50A MÉDIA D= 6,3 A 10,0mm.
ITEM: 3.1 - SEINFRA C0328 - ATERRO C/COMPACTAÇÃO MECÂNICA E CONTROLE, MAT. DE AQUISIÇÃO.
- 15.4.6. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.
- 15.4.7. Comprovação da capacitação **técnico-profissional**, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da execução do serviço, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, conforme segue:
- ITEM: 7.2/8.2 – SEINFRA C1920 - PISO INDUSTRIAL NATURAL ESP.= 12mm, INCLUS. POLIMENTO (INTERNO) – QUANTIDADE: 230M²
ITEM: 9.4 - SEINFRA C3487 - APLICAÇÃO DE LIQUIBRILHO SOBRE PINTURAS, DUAS DEMÃOS – QUANTIDADE: 590M²
ITEM: 2.6 – SEINFRA C0216 - ARMADURA CA-50A MÉDIA D= 6,3 A 10,0mm – QUANTIDADE: 890 KG.
ITEM: 3.1 - SEINFRA C0328 - ATERRO C/COMPACTAÇÃO MECÂNICA E CONTROLE, MAT. DE AQUISIÇÃO– QUANTIDADE: 100M²
- 15.4.7.1. Para o Engenheiro Civil ou Arquiteto, serviço de alvenaria de vedação de blocos vazados de concreto;
- 15.4.8. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.
- 15.4.9. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados ou certidões, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da **CONTRATANTE** e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.



- 15.4.10. Somente poderão ser aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, no mínimo, um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser prestado em prazo inferior.
- 15.4.11. Os atestados ou certidões que não possuírem as informações mínimas para sua análise serão objeto de diligência.
- 15.4.12. Os documentos solicitados nos subitens 15.0 “EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO” deverão ser apresentados para fins de comprovação de **HABILITAÇÃO JURÍDICA, REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA, HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA e QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**, através de Procedimento Auxiliar de Pré-Qualificação, publicado anteriormente, não havendo necessidade de ser reapresentados no certame para sua comprovação, devendo ser apresentado somente o Certificado de Pré-Qualificação, salvo quando necessários à confirmação daqueles documentos exigidos neste Edital, solicitação através via chat, efetuada pelo Agente de Contratação.
- 15.5. Além das declarações constantes dos itens específicos acima a licitante deverá apresentar ainda as seguintes declarações, sob pena de inabilitação:
- 15.5.1. Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021);
- 15.5.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, na forma da lei (art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021);
- 15.5.3. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, na forma da lei (art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021);

16. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

- 16.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 16.1.1. Início da execução do objeto: Se dará na data de assinatura do contrato ou da emissão da ordem de serviço a ser concluído de acordo com o Cronograma Físico Financeiro que será de 180 (cento e oitenta) dias;
- Local e Horário da Prestação dos Serviços**
- 16.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço(s) e horário(s) mencionado pela contratante.
- Materiais a serem disponibilizados**
- 16.3. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

- 16.4. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

17. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 17.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 17.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.



17.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, conforme endereço eletrônico informado pela contratada na sua proposta comercial.

17.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

17.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

17.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

17.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração

17.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (art. 117, §1º da Lei nº 14.133, de 2021).

17.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

17.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

17.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

17.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

17.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

17.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

Gestor do Contrato

17.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

17.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

17.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

17.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao



- seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 17.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 17.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 17.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

18. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 18.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Coreau deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

UNIDADE: 1203 - Fundo de Desenv. da Educação Básica - FUNDEB

CLASSIFICAÇÃO: 12 365 1208 1.015 Construção Reforma e Ampliação de Unid Educacionais Ensino Infantil - FUNDEB

NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90.51.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES

UNIDADE: 1203 - Fundo de Desenv. da Educação Básica - FUNDEB

CLASSIFICAÇÃO: 12 361 1201 1.014 Construção Reforma e Ampliação de Unid Educacionais Ensino Fundamental - FUNDEB

NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90.51.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES

Nos termos da legislação vigente, a indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da formalização do contrato ou instrumento equivalente.

- 18.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 19.1. O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega ou execução, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 19.2. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 19.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade executados e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 19.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 19.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.



- 19.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 19.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

20. DOS CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO

- 20.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma da seção anterior, prorrogáveis por igual período.
- 20.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 20.2.1. o prazo de validade;
- 20.2.2. a data da emissão;
- 20.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 20.2.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 20.2.5. o valor a pagar; e
- 20.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 20.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.
- 20.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação das certidões de regularidade junto à Receita Federal do Brasil/Previdência, Trabalhistas, FGTS, Estado (dívida ativa e tributos), Município (dívida ativa e tributos), nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 20.5. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 20.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 20.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 20.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação fiscal.
- 20.9. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme item anterior.
- 20.10. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 20.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 20.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 20.12.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 20.13. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



Coreaú,CE, 05 de fevereiro de 2026.

ARTHUR AMARAL CARVALHO
Equipe de Planejamento



ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

CONCORRÊNCIA - ELETRÔNICA Nº 0209.01/2026

Prezados Senhores,

Pelo presente, submetemos à apreciação de V. Sra. a nossa proposta relativa à licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação.

1. PROPOSTA DE PREÇOS:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
VALOR GLOBAL R\$ ____ (POR EXTENSO)					

2. PROPONENTE:

RAZÃO SOCIAL: ...

CNPJ: ...

ENDEREÇO: ...

TELEFONE: ...

FAX: ...

E-MAIL: ...

3. REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E/OU O CONTRATO

NOME: ...

CPF: ...

RG: ...

NACIONALIDADE: ...

ESTADO CIVIL: ...

PROFISSÃO: ...

ENDEREÇO COMPLETO: ...

4. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: ...

5. DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA: ...

Declaramos que estamos ciente e concordamos com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

Local e data

Nome e assinatura do representante legal da empresa
(Nº da identidade do declarante)



ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº _____/_____
COMPRAS E SERVIÇOS COMUNS – LEI 14.233/2021



PROCESSO DE ORIGEM

CONCORRÊNCIA - ELETRÔNICA nº _____/_____
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: _____/_____



OBJETO CONTRATUAL

.....



VALOR CONTRATUAL

R\$ (.....)



VIGÊNCIAS CONTRATUAL

INICIAL: ____/____/____
FINAL: ____/____/____



DADOS DO CONTRATANTE

RAZÃO SOCIAL CONTRATANTE, CNPJ nº _____._____/_____-_____
Logradouro....., Número....., Bairro....., Cidade....., Estado.....
Nome Responsavel Contrante....., CPF nº _____._____-_____-_____



DADOS DO CONTRATADO

RAZÃO SOCIAL CONTRATADO, CNPJ nº _____._____/_____-_____
Logradouro....., Número....., Bairro....., Cidade....., Estado.....
Nome Responsavel Contratado....., CPF nº _____._____-_____-_____



FISCAL DO CONTRATO

Nome Fiscal Contrato.....

PREÂMBULO

Aos ____ de _____ de _____, a Razão Social Contratante.... – UF., através da Unidade Administrativa Contratante, inscrita no CNPJ nº _____._____/_____-_____, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 na presença de testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente **TERMO DE CONTRATO**, decorrente do Processo de Contratação em epígrafe, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA VINCULAÇÃO (art. 92, I e II)

1.1 – O presente instrumento tem por objeto de acordo com as especificações e condições definidas no Termo de Referência/Projeto Básico e em conformidade com a proposta de preço apresentada pela **CONTRATADA**.



CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO (art. 92, V)

2.1 – O valor do presente Contrato é de R\$ (.....), em conformidade com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, conforme quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÕES E ITENS DO CONTRATO						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1						
2						
3						
Valor Total						R\$

2.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 – O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

2.3 – São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 2.3.1 – O Termo de Referência que embasou a contratação, em especial as cláusulas específicas quanto a forma de execução do objeto;
- 2.3.2 – Edital de Licitação e/ou Aviso de Contratação Direta, conforme o caso;
- 2.3.3 – A Proposta do Contratado;
- 2.3.4 – Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1 – O prazo de vigência da contratação terá início na data de ___/___/___ e encerramento em ___/___/___, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, e, em caso de serviços e fornecimentos contínuos, poderão ser prorrogáveis por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.1 – O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

4.1.2 – A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

3.2 – O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.3 – Em caso de prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.4 – O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

4.1 – O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência/Projeto Básico, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1 – O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE (art. 92, V)

6.1 – Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado constante do processo administrativo que deu origem ao presente termo de contrato.



6.2 – Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do índice Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3 – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.4 – No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5 – Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

10.6 – Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7 – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8 – O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

7.1 – Quando o presente instrumento tratar de informações pessoais, as partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

7.2 – Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

7.3 – É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

7.4 – A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo **CONTRATADO**.

7.5 – Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

7.6 – É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

7.7 – O **CONTRATADO** deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

7.8 – O **CONTRATANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o **CONTRATADO** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

7.9 – O **CONTRATADO** deverá prestar, no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

7.10 – Bancos de dados eventualmente formados a partir de deste instrumento contratual, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

7.10.1 – Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

7.11 – O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

7.12 – Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.



CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

8.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Coreaú deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
UNIDADE: CLASSIFICAÇÃO: NATUREZA DA DESPESA: FICHA:

8.2 – A dotação relativa aos exercícios financeiros subseqüentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

9.1 – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.2 – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência/Projeto Básico.

9.3 – Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

9.4 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

9.5 – Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

9.6 – Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

9.7 – Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria desta administração para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

9.8 – Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.8.1 – A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.9 – Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

9.10 – Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do §4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.11 – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

10.1 – O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e Termo de Referência/Projeto Básico, parte integrante a este Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

10.2 – Em casos de fornecimento de equipamentos, entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

10.3 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

10.4 – Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

10.5 – Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

10.6 – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.



10.7 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

10.8 – A empresa **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos relacionados na Ordem de Fornecimento/Serviço.

10.9 – Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**;

10.10 – Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.11 – Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.12 – Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

10.13 – Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

10.14 – Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

10.15 – Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.16 – Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.17 – Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.

10.18 – Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

10.19 – Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

10.20 – Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local da execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.21 – Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres.

10.22 – Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1 – Para os contratos por escopo, assim considerados os contratos nos quais se impõe ao **CONTRATADO** o dever de realizar a execução de objeto específico em um período predeterminado, a extinção contratual se dará nos seguintes termos:



11.1.1 – Quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.1.2 – Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato:

11.1.2.1 – Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**;

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.2 – Em se tratando de objeto de natureza contínua a extinção se dará quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2.1 – O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.2.2 – A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.2.3 – Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.3 – O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.1 – Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3.2 – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.2.1 – Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4 – O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1 – Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2 – Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3 – Indenizações e multas.

11.5 – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6 – O contrato poderá ser extinto caso se constate que o **CONTRATADO** mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1 – Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;



- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 – Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- b) **Multa** de:

- i) **Moratória** de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- ii) **Moratória** de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando exigida no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

- iii) **Compensatória**, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.
- iv) **Compensatória**, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “a”, “b”, “c” e “d” do subitem 12.1, de 1% a 30% do valor do Contrato.

12.3 – A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4 – Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1 – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando exigida, ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6 – Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5 – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao **CONTRATADO**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.5 – Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;



e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7 – Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8 – A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o **CONTRATADO**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9 – O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

12.10 – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11 – Os débitos do **CONTRATADO** para com a Administração **CONTRATANTE**, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

13.1 – As regras acerca da prestação de garantia na presente contratação são as estabelecidas no Termo de Referência/Projeto Básico, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 – O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4 – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 – Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO

16.1 – As regras para subcontratação do objeto deste instrumento de contrato constam no Termo de Referência, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 – O presente contrato é regido pela Lei 14.133/21 e demais diplomas legais.

17.2 – Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na



Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17.3 – Fica eleito o Foro da Comarca de Coreaú - CE, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Coreaú – CE, ____ de _____ de ____

ASSINATURAS

PELA CONTRATANTE

PELA CONTRATADA

TESTEMUNHAS

NOME:

NOME:

COREAÚ
A MELHOR
EDUCAÇÃO
DO BRASIL



COREAÚ
A MELHOR
EDUCAÇÃO

ANEXO IV – PROJETO BÁSICO



MEMORIAL DESCRITIVO DA OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL SÃO LUIS

OBJETIVO E CARACTERIZAÇÃO DO EMPRENDIMENTO

O presente memorial descritivo tem por objetivo estabelecer parâmetros a serem observados durante toda a execução das obras referente ao objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR A OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL SÃO LUIS, NA LOCALIDADE ALTO DO LIMOEIRO, COREAÚ/CE.**

NORMAS

Fazem parte integrante deste caderno de encargos, independentemente de transcrições, todas as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) que tenham relação com os serviços objeto do contrato.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA ADMINISTRATIVA

A empreiteira se obriga a conhecer as responsabilidades legais vigentes, prestar toda assistência técnica e administrativa necessária a fim de imprimir andamento conveniente às obras e serviços. A responsabilidade técnica da obra será de profissional pertencente ao quadro de pessoal e devidamente habilitado e registrado no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA.

MATERIAIS, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS

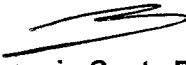
Todo material a ser utilizado na obra será de primeira qualidade. A mão de obra deverá ser idônea, de modo a reunir uma equipe homogênea que assegure o bom andamento dos serviços. Deverão ter no canteiro todo equipamento mecânico e ferramental necessário ao desempenho dos serviços, assim como os Equipamentos de Proteção Individual dos funcionários da Construtora.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Estas especificações têm por objetivo estabelecer e determinar condições e tipos de materiais a serem empregados, assim como fornecer detalhes construtivos acerca dos serviços que ocorrerão por ocasião da obra. Qualquer discrepância entre estas especificações e o projeto será dirimida pela fiscalização.

1. SERVIÇOS PRELIMINARES E DEMOLIÇÕES

1.1. INSTALAÇÃO DO CANTEIRO DE OBRAS:


Ignacio Costa Filho
Engenheiro Civil
RNP: 060415087-3



- Instalação de placa padrão de obra, com dimensões de 3,00m x 1,50m (área total de 4,50 m²).

1.2. SERVIÇOS DE DEMOLIÇÃO (Reforma):

- Demolição completa dos antigos banheiros (masculino e feminino), incluindo alvenarias, pisos cerâmicos e cimentados sobre lastro de concreto.
- Demolição de alvenaria de tijolos sem reaproveitamento, localizada em Salas 01, 02, 03, Alpendre e na parede que divide a cozinha/copa.
- Demolição de revestimentos cerâmicos de paredes e demolição de cobogós.
- Retirada completa de portas, janelas e respectivos batentes dos ambientes: Depósito, Cozinha, WC Masculino, Sala 02, Antiga Diretoria, entre outros.

2. FUNDAÇÕES E ESTRUTURA (Ampliação)

2.1. SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM E FUNDAÇÃO:

- Escavação manual de solo de 1ª categoria para execução de sapatas, com profundidade de até 1,50m (volume total de 69,00 m³).
- Execução de concreto ciclópico para sapatas, com fck = 25 MPa.
- Aterro com compactação mecânica e controle, em área definida, e escavação para construção de cisterna.

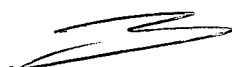
2.2. ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO:

- Execução de elementos estruturais em concreto armado vibrável (fck = 25 MPa), incluindo:
- Sapatas: Volume total de 30,44 m³.
- Vigas Baldrame (Inferior e Superior): Área total de fôrma de 275,77 m² e volume de concreto de 4,36 m³.
- Pilares (dimensões variadas: 25x20cm, 21x11cm, 20x20cm): Área total de fôrma e volume de concreto conforme memorial de cálculo.
- Armadura principal em aço CA-50 (φ 6,3 a 10,0mm) e armadura secundária (estribos) em aço CA-60 (φ 3,4 a 6,4mm), com quantitativos totais de 1.623,06 kg e 211,03 kg, respectivamente.

3. ALVENARIAS E ESQUADRIAS

3.1. ALVENARIAS (Ampliação e Reforma):

- Alvenaria de Embassamento: Executada em tijolo cerâmico furado com argamassa de cimento e areia no traço 1:4, nas paredes divisórias da cozinha/copa e nos novos ambientes da ampliação (Salas 04, 05, WC's, etc.).


Ignácio Costa Filho
Engenheiro Civil
RNP: 060415087-3



- Alvenaria de Vedação: Executada em tijolo cerâmico furado (9x19x19)cm com argamassa mista de cal hidratada (traço 1:2:8) nas paredes internas dos novos ambientes e para aumento da altura de parede existente no alpendre.

3.2. ESQUADRIAS (Ampliação):

- Portas: Fornecimento e instalação de portas de alumínio anodizado compacto, com dimensões padronizadas (0,80x2,10m, 0,70x2,10m, etc.), para todos os novos ambientes.
- Janelas: Fornecimento e instalação de janelas de correr em alumínio anodizado natural/fosco, sem vidro, para as novas salas e WC's.
- Vidros: Aplicação de vidro temperado incolor (espessura 6mm) nas janelas de alumínio.

4. COBERTURAS E FORROS

4.1. COBERTURA (Ampliação):

- Estrutura de madeira (tesouras, terças, contraventamentos) para vãos de 3 a 7m, cobrindo as novas Salas 04, 05, Sala dos Professores e Direção.
- Madeiramento complementar (ripas, caibros) para cobertura do Alpendre, Circulação e Depósito de Limpeza.
- Cobertura com telhas cerâmicas coloniais, incluindo a aplicação de cumeeiras, beiras e bicas.

4.2. FORRO (Ampliação):

- Instalação de forro em PVC (lambri) nas Salas 04, 05, Sala dos Professores, Direção e Depósito de Limpeza.
- Aplicação de produto cupinícida (Pentox) em duas demãos nas madeiras da estrutura do alpendre e circulação.

5. REVESTIMENTOS E PINTURAS

5.1. REVESTIMENTOS DE PAREDES (Reforma e Ampliação):

- Chapisco: Argamassa de cimento e areia peneirada, traço 1:3, espessura 5mm, em todas as paredes internas dos novos ambientes e no alpendre.
- Emboço: Argamassa de cimento e areia sem peneirar, traço 1:3.
- Emassamento: Aplicação de duas demãos de massa de PVA nas paredes internas (área total de 402,30 m² na reforma e 300,08 m² na ampliação).
- Pintura Interna: Aplicação de duas demãos de tinta látex PVA sobre as massas.

5.2. PINTURAS EXTERNAS (Reforma):

- Preparação de superfícies com aplicação de duas demãos de liquibrilho (ou similar) sobre pinturas antigas.



- Pintura final com tinta látex acrílica em todas as fachadas e paredes externas definidas no memorial.

5.3. PISOS (Ampliação):

- Preparação do subleito com lastro de areia e aplicação de lona plástica preta.
- Assentamento de piso intertravado tipo "tijolinho" (20x10x4cm), na cor cinza, com compactação mecanizada.

6. INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS

6.1. SERVIÇOS GERAIS:

- Execução de pontos hidráulicos e pontos sanitários completos (material e mão de obra).
- Instalação de fossa séptica e sumidouro em alvenaria.
- Instalação de caixas d'água em fiberglass (capacidade 1000L).
- Execução de caixas de inspeção em alvenaria e de ralos secos em PVC.

6.2. APARELHOS E METASIS SANITÁRIOS (Ampliação):

- Fornecimento e instalação de:
- Bancada em granito para pia de cozinha com cuba de aço inox.
- Lavatórios de louça branca com torneira.
- Bacias sanitárias com caixa acoplada.
- Bacias sanitárias para cadeirantes.
- Barras de apoio para deficientes.
- Chuveiros plásticos e duchas cromadas.

7. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

7.1. SERVIÇOS GERAIS:

- Fornecimento e instalação de eletrodutos de PVC rígido roscável, diâmetros 25mm (3/4"), 32mm (1") e 60mm (2"), conforme circuitos.
- Instalação de eletrodutos flexíveis tipo "garganta".

7.2. QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO E PROTEÇÃO:

- Instalação de quadro de distribuição de luz embutido (até 24 divisões, 332x332x95mm) com barramento.
- Instalação de disjuntores (monopolares de 16A, 20A, 25A e tripolar de 50A) conforme projeto.

7.3. CABOS, ELETRODUTOS E PONTOS:



- Instalação de cabos isolados em PVC 1000V, seções 2,5 mm² e 4 mm², conforme circuitos discriminados.
- Instalação de pontos de: interruptores simples e paralelos, tomadas duplas 10A, tomadas 20A 2P+T, caixas de ligação, etc.

7.4. ILUMINAÇÃO E ATERRAMENTO:

- Substituição de lâmpadas fluorescentes existentes (16/20W e 32/40W).
- Execução de sistema de aterramento completo com haste copperweld 3/4" x 2,40m.

8. SERVIÇOS DIVERSOS E LIMPEZA FINAL

8.1. SERVIÇOS DIVERSOS:

- Execução de vergas retas de concreto armado.
- Instalação de lajes pré-fabricadas para forro nos vãos especificados.
- Lançamento de concreto sem elevação para contrapisos e lastros.

8.2. LIMPEZA GERAL:

- Limpeza completa de toda a área da obra (reforma e ampliação), removendo todos os entulhos, sobras de materiais e sujeiras, deixando os ambientes prontos para uso.


IGNÁCIO COSTA FILHO
ENGENHEIRO CIVIL
RNP: 0604150873





ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE COREAÚ

OBRA: REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL SÃO LUIS
LOCAL: LOCALIDADE DO ALTO DO LIMOEIRO
ART Nº: CE20261812191

TABELA: SEINFRA 28.1 e SINAPI EN

DATA: 16/01/2025
BDI: 28,34%

ORÇAMENTO GLOBAL

ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UN.	QUANT.	Valor Unitário	Valor Unit c/bdi	Valor TOTAL
1 SERVIÇOS PRELIMINARES 12.715,36								
1.1	SEINFRA	C1937	PLACAS PADRÃO DE OBRA	M2	4,50	183,41	235,39	1.059,26
1.2	SEINFRA	C1043	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE TIJOLOS S/ REAPROVEITAMENTO	M3	0,37	62,63	80,38	29,74
1.3	SEINFRA	C1066	DEMOLIÇÃO DE PISO CIMENTADO SOBRE LASTRO DE CONCRETO	M2	243,82	27,14	34,83	8.492,25
1.4	SEINFRA	C1065	DEMOLIÇÃO DE PISO CERÂMICO SOBRE LASTRO DE CONCRETO	M2	47,74	29,23	37,51	1.790,73
1.5	SEINFRA	C1074	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO C/CERÂMICAS	M2	10,32	52,19	66,98	691,23
1.6	SEINFRA	C1047	DEMOLIÇÃO DE COBOGÓS	M2	7,92	34,94	44,84	355,13
1.7	SEINFRA	C2210	RETIRADA DE PORTAS E JANELAS, INCLUSIVE BATENTES	M2	13,86	16,70	21,43	297,02
2 ALTERAÇÕES INTERNAS 1.094,40								
2.2	SEINFRA	C2784	ESCAVAÇÃO MANUAL SOLO DE 1ª.CAT. PROF. ATÉ 1.50m	M3	0,46	48,92	62,78	28,88
2.3	SEINFRA	C0054	ALVENARIA DE EMBASAMENTO DE PEDRA ARGAMASSADA	M3	0,23	543,91	698,06	160,55
2.4	SEINFRA	C4592	ALVENARIA DE EMBASAMENTO EM TIJOLO CERÂMICO FURADO C/ ARGAMASSA CIMENTO E AREIA 1:4	M3	0,18	663,36	851,37	153,25
2.6	SEINFRA	C0073	ALVENARIA DE TIJOLO CERÂMICO FURADO (9x19x19)cm C/ARGAMASSA MISTA DE CAL HIDRATADA ESP.=10cm (1:2:8)	M2	9,30	62,98	80,83	751,72
3 ESQUADRIAS MADEIRA, METÁLICAS E FERRAGENS 9.129,53								
3.1	SEINFRA	C1967	PORTA DE ALUMÍNIO ANODIZADO COMPACTA	M2	8,40	640,10	821,51	6.900,68
3.2	SEINFRA	C4515	JANELA EM ALUMÍNIO ANODIZADO NATURAL/FOSCO, DE CORRER, COM BANDEIROLA E/OU PEITORIL, SEM VIDRO - FORNECIMENTO E MONTAGEM	M2	2,64	366,28	470,09	1.241,04
3.3	SEINFRA	C4949	VIDRO TEMPERADO INCOLOR C/MASSA E=6MM, COLOCADO	M2	2,64	291,54	374,17	987,81
4 COBERTURA 29.560,49								
4.1	SEINFRA	C4468	FORRO PVC - LAMBRI (100x6000 OU 200x6000)mm - FORNECIMENTO E MONTAGEM	M2	119,13	69,54	89,25	10.632,35
4.3	SEINFRA	C4459	MADEIRAMENTO P/ TELHA CERÂMICA - (RIPA, CAIBRO)	M2	121,91	60,40	77,52	9.450,46
4.4	SEINFRA	C4462	TELHA CERÂMICA	M2	60,95	70,31	90,24	5.500,13
4.5	SEINFRA	C4463	CUMEIRA TELHA CERÂMICA, EMBOÇADA	M	31,62	30,10	38,63	1.221,48
4.6	SEINFRA	C0387	BEIRA E BICA EM TELHA COLÔNIAL	M	31,46	14,00	17,97	565,34
4.7	SEINFRA	C1876	PENTOX 2 DEMÃOS APLICADO EM MADEIRAS (CUPINICIDA)	M2	78,69	21,69	27,84	2.190,73
6 PAREDES 640,17								
6.1	SEINFRA	C0073	ALVENARIA DE TIJOLO CERÂMICO FURADO (9x19x19)cm C/ARGAMASSA MISTA DE CAL HIDRATADA ESP.=10cm (1:2:8)	M2	7,92	62,98	80,83	640,17
7 REVESTIMENTOS 1.001,68								
7.1	SEINFRA	C0776	CHAPISCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA S/PENEIRAR TRAÇO 1:3 ESP.=5mm P/ PAREDE	M2	17,22	7,42	9,52	163,93
7.2	SEINFRA	C3124	REBOCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA S/ PENEIRAR, TRAÇO 1:5	M2	17,22	37,91	48,65	837,75
8 PISOS 56.931,97								
8.1	SEINFRA	C1611	LASTRO DE CONCRETO REGULARIZADO ESP.=5CM	M2	243,82	45,88	58,88	14.356,12
8.2	SEINFRA	C1920	PISO INDUSTRIAL NATURAL ESP.=12mm, INCLUS. POLIMENTO (INTERNO)	M2	243,82	136,06	174,62	42.575,85
9 PINTURA 69.738,66								

Ignacio Costa Filho
Engenheiro Civil
RNP: 060415087-3

9.1	SEINFRA	C1614	LATEX DUAS DEMÃOS EM PAREDES EXTERNAS S/MASSA	M2	864,74	22,85	29,33	25.362,82
9.2	SEINFRA	C1615	LATEX DUAS DEMÃOS EM PAREDES INTERNAS S/MASSA	M2	304,42	21,07	27,04	8.231,52
9.3	SEINFRA	C1208	EMASSAMENTO DE PAREDES INTERNAS 2 DEMÃOS COMASSA DE PVA	M2	402,30	12,83	16,47	6.625,88
9.4	SEINFRA	C3487	APLICAÇÃO DE LIQUIBRILHO SOBRE PINTURAS, DUAS DEMÃOS	M2	1.181,21	19,47	24,99	29.518,44
10	INSTALAÇÕES HIDROSANITÁRIAS							1.912,79
10.1	SEINFRA	C1948	PONTO HIDRÁULICO, MATERIAL E EXECUÇÃO	PT	1,00	256,47	329,16	329,16
10.2	SEINFRA	C1950	PONTO SANITÁRIO, MATERIAL E EXECUÇÃO	PT	1,00	238,04	305,50	305,50
10.3	SEINFRA	C3997	BANCADA EM GRANITO P/ PIA DE COZINHA, INCL. CUBA DE AÇO INOX E ACESSÓRIOS	CJ	1,00	995,88	1.278,13	1.278,13
11	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS							17.731,60
11.1	SEINFRA	C1184	ELETRODUTO FLEXÍVEL, TIPO GARGANTA	M	111,90	17,50	22,46	2.513,27
11.2	SEINFRA	C1196	ELETRODUTO PVC ROSC. INCL. CONEXÕES D= 25mm (3/4")	M	49,00	18,00	23,10	1.131,90
11.3	SEINFRA	C1197	ELETRODUTO PVC ROSC. INCL. CONEXÕES D= 32mm (1")	M	28,90	27,32	35,06	1.013,23
11.4	SEINFRA	C2068	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE LUZ EMBUTIR ATÉ 24 DIVISÕES 332X332X95mm, CABARRAMENTO	UN	1,00	382,16	490,47	490,47
11.5	SEINFRA	C1093	DISJUNTOR MONOPOLAR EM QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO 16A	UN	3,00	24,07	30,89	92,67
11.6	SEINFRA	C1095	DISJUNTOR MONOPOLAR EM QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO 20A	UN	3,00	24,07	30,89	92,67
11.7	SEINFRA	C1096	DISJUNTOR MONOPOLAR EM QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO 25A	UN	6,00	24,07	30,89	185,34
11.8	SEINFRA	C1127	DISJUNTOR TRIPOLAR EM QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO 50A	UN	1,00	99,06	127,13	127,13
11.9	SEINFRA	C4377	CABO EM PVC 1000V 2,5 mm ²	M	709,70	7,17	9,20	6.529,24
11.10	SEINFRA	C0554	CABO EM PVC 1000V 4MM ²	M	267,70	8,67	11,13	2.979,50
11.11	SEINFRA	C1494	INTERRUPTOR UMA TECLA SIMPLES 10A 250V	UN	3,00	17,52	22,49	67,47
11.12	SEINFRA	C1479	INTERRUPTOR DUAS TECLAS SIMPLES 10A 250V	UN	3,00	30,90	39,66	118,98
11.13	SEINFRA	C1481	INTERRUPTOR DUAS TECLAS PARALELO 10A 250V	UN	2,00	44,11	56,61	113,22
11.14	SEINFRA	C4792	TOMADA DUPLA DE EMBUTIR 2P+T 10A-250V	UN	14,00	28,50	36,58	512,12
11.15	SEINFRA	C2484	TOMADA 2 POLOS MAIS TERRA 20A 250V	UN	6,00	23,28	29,88	179,28
11.16	SEINFRA	C1766	LÂMPADA FLUORESCENTE DE 32W OU 40W (SUBSTITUIÇÃO)	UN	13,00	16,66	21,38	277,94
11.17	SEINFRA	C1765	LÂMPADA FLUORESCENTE DE 16W OU 20W (SUBSTITUIÇÃO)	UN	11,00	16,13	20,70	227,70
11.18	SEINFRA	C0326	ATERRAMENTO COMPLETO C/ HASTE COPPERWELD 3/4"X 2.40M	UN	1,00	324,91	416,99	416,99
11.19	SEINFRA	C4762	CAIXA DE LIGAÇÃO PVC 4" X 2"	UN	28,00	8,85	11,36	318,08
11.20	SEINFRA	C4761	CAIXA DE LIGAÇÃO PVC 4" X 4"	UN	24,00	11,18	14,35	344,40
12	SERVICIOS DIVERSOS							4.042,54
12.2	SEINFRA	C1628	LIMPEZA GERAL	M2	243,82	12,92	16,58	4.042,54
SUBTOTAL							204.499,19	

ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UN.	QUANT.	Valor Unitário	Valor Unit c/bdl	Valor TOTAL
1	FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS							3.486,11
1.1	SEINFRA	C1630	LOCAÇÃO DA OBRA - EXECUÇÃO DE GABARITO	M2	377,79	7,15	9,18	3.468,11
2	FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS							88.293,97
2.1	SEINFRA	C2784	ESCAVAÇÃO MANUAL SOLO DE 1A.CAT. PROF. ATÉ 1.50m	M3	69,00	48,92	62,78	4.331,82
2.2	SEINFRA	C1400	FORMA DE TÁBUAS DE 1" DE 3A. P/FUNDAÇÕES UTIL. 5 X	M2	16,56	77,54	99,52	1.648,05
2.3	SINAPI	96536	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FORMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF 01/2024	M2	9,08	74,28	95,33	865,12
2.4	SEINFRA	C1401	FORMA DE TÁBUAS DE 1" DE 3A. P/SUPERESTRUTURA - UTIL. 2 X	M2	78,33	162,96	209,15	16.382,72
2.5	SEINFRA	C0843	CONCRETO P/MBR., FCK 25 MPa COM AGREGADO ADQUIRIDO	M3	30,44	533,00	684,06	20.822,79
2.6	SEINFRA	C0216	ARMADURA CA-50A MÉDIA D= 6,3 A 10,0mm	KG	1.785,35	11,96	15,35	27.405,12


Ignacio Costa Filho
Engenheiro Civil
RNP: 060415087-3

2.7	SEINFRA	C0217	ARMADURA CA-60 FINA D=3,40 A 6,40mm	KG	164,31	12,09	15,52	2.550,09
2.8	SEINFRA	C1804	LANÇAMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO S/ ELEVAÇÃO	M3	30,44	159,08	204,17	6.214,93
2.9	SEINFRA	C4420	LAJE PRÉ-FABRICADA P/ FÓRRO - VÃO ACIMA DE 4,01 m	M2	34,56	134,55	172,68	5.967,82
2.10	SEINFRA	C4418	LAJE PRÉ-FABRICADA P/ FÓRRO - VÃO DE 2,01 A 3 m	M2	9,52	125,88	161,56	1.538,05
2.11	SEINFRA	C2666	VERGA RETA DE CONCRETO ARMADO	M3	0,24	1.808,40	2.320,92	567,46
3	ALTERAÇÕES INTERNAS							84.449,31
3.1	SEINFRA	C0328	ATERRO C/COMPACTAÇÃO MECÂNICA E CONTROLE, MAT. DE AQUISIÇÃO	M3	217,64	104,47	134,08	29.181,17
3.2	SEINFRA	C2784	ESCAVAÇÃO MANUAL SOLO DE 1ª CAT. PROF. ATÉ 1,50m	M3	22,69	48,92	62,78	1.424,48
3.3	SEINFRA	C0054	ALVENARIA DE EMBASAMENTO DE PEDRA ARGAMASSADA	M3	22,69	543,91	698,06	15.838,98
3.4	SEINFRA	C4592	ALVENARIA DE EMBASAMENTO EM TIJOLO CERÂMICO FURADO C/ ARGAMASSA CIMENTO E AREIA 1:4	M3	22,69	663,36	851,37	19.317,59
3.5	SEINFRA	C0073	ALVENARIA DE TIJOLO CERÂMICO FURADO (9x19x19)cm C/ARGAMASSA MISTA DE CAL HIDRATADA ESP.=10cm (1:2:8)	M2	231,19	62,98	80,83	18.687,09
4	ESQUADRIAS MADEIRA, METÁLICAS E FERRAGENS							22.180,31
4.1	SEINFRA	C1967	PORTA DE ALUMÍNIO ANODIZADO COMPACTA	M2	20,34	640,10	821,51	16.709,51
4.2	SEINFRA	C4515	JANELA EM ALUMÍNIO ANODIZADO NATURAL/FOSCO, DE CORRER, COM BANDEIROLA E/OU PEITORIL, SEM VIDRO - FORNECIMENTO E MONTAGEM	M2	6,48	366,28	470,09	3.046,18
4.3	SEINFRA	C4949	VIDRO TEMPERADO INCOLOR C/MASSA E=6MM, COLOCADO	M2	6,48	291,54	374,17	2.424,62
5	COBERTURA							90.324,22
5.1	SEINFRA	C1336	ESTRUTURA DE MADEIRA P/ TELHA CERÂMICA OU CONCRETO VÃO 3 A 7m (TESOURAS / TERÇAS / CONTRAVENTAMENTOS / FERRAGENS)	M2	150,00	135,52	173,93	26.089,50
5.2	SEINFRA	C4460	MADEIRAMENTO P/ TELHA CERÂMICA - (RIPA, CAIBRO, LINHA)	M2	75,39	108,42	139,15	10.490,52
5.3	SEINFRA	C4459	MADEIRAMENTO P/ TELHA CERÂMICA - (RIPA, CAIBRO)	M2	150,00	60,40	77,52	11.628,00
5.4	SEINFRA	C4462	TELHA CERÂMICA	M2	269,47	70,31	90,24	24.316,97
5.5	SEINFRA	C4468	FORRO PVC - LAMBRI (100x6000 OU 200x6000)mm - FORNECIMENTO E MONTAGEM	M2	155,98	69,54	89,25	13.921,22
5.6	SEINFRA	C1876	PENTOX 2 DEMÃOS APLICADO EM MADEIRAS (CUPINICIDA)	M2	69,40	21,69	27,84	1.932,10
5.7	SEINFRA	C4463	CUMEIRA TELHA CERÂMICA, EMBOÇADA	M	34,38	30,10	38,63	1.328,10
5.8	SEINFRA	C0387	BEIRA E BICA EM TELHA COLONIAL	M	34,38	14,00	17,97	617,81
6	REVESTIMENTOS							38.816,12
6.1	SEINFRA	C0776	CHAPISCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA S/PENEIRAR TRAÇO 1:3 ESP.= 5mm P/ PAREDE	M2	333,25	7,42	9,52	3.172,54
6.2	SEINFRA	C1220	EMBOÇO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA S/ PENEIRAR, TRAÇO 1:3	M2	89,41	38,20	49,03	4.383,77
6.3	SEINFRA	C3408	REBOCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA S/ PENEIRAR, TRAÇO 1:3	M2	333,25	41,35	53,07	17.685,58
6.4	SEINFRA	C4445	CERÂMICA ESMALTADA RETIFICADA C/ ARG. PRÉ-FABRICADA ACIMA DE 30x30cm (900cm²) - PEI-5/PEI-4 - P/ PAREDE	M2	89,41	108,24	138,92	12.420,84
6.5	SEINFRA	C1120	REJUNTAMENTO C/ ARG. PRÉ-FABRICADA, JUNTA ATÉ 2mm EM CERÂMICA, ATÉ 30x30 cm (900 cm²) (PAREDE/PISO)	M2	89,41	10,05	12,90	1.153,39
7	PISOS							69.531,76
7.1	SEINFRA	C1811	LASTRO DE CONCRETO REGULARIZADO ESP.= 5CM	M2	269,47	45,88	58,88	15.866,39
7.2	SEINFRA	C1920	PISO INDUSTRIAL NATURAL ESP.= 12mm, INCLUS. POLIMENTO (INTERNO)	M2	225,39	136,06	174,62	39.357,60
7.3	SEINFRA	C3001	CERÂMICA ESMALTADA RETIFICADA C/ ARG. PRÉ-FABRICADA ACIMA DE 30x30 cm (900 cm²) - PEI-5/PEI-4 - P/ PISO	M2	44,08	103,12	132,35	5.833,99
7.4	SEINFRA	C1120	REJUNTAMENTO C/ ARG. PRÉ-FABRICADA, JUNTA ATÉ 2mm EM CERÂMICA, ATÉ 30x30 cm (900 cm²) (PAREDE/PISO)	M2	44,08	10,05	12,90	568,63
7.5	SEINFRA	C2860	LASTRO DE AREIA ADQUIRIDA	M3	5,96	161,52	207,30	1.235,51
7.6	SEINFRA	C5225	LONA PLÁSTICA PRETA APLICADA EM PISOS	M2	99,28	1,43	1,84	182,68
7.7	SEINFRA	C5028	PISO INTERTRAVADO TIPO TIJOLINHO (20 X 10 X 4CM), CINZA - COMPACTAÇÃO MECANIZADA	M2	99,28	50,91	65,34	6.486,96

8										PINTURA			23.548,90
8.1	SEINFRA	C1614	LATEX DUAS DEMÃOS EM PAREDES EXTERNAS S/MASSA	M2	102,06	22,85	29,33			2.993,42			
8.2	SEINFRA	C1615	LATEX DUAS DEMÃOS EM PAREDES INTERNAS S/MASSA	M2	300,08	21,07	27,04			8.114,16			
8.3	SEINFRA	C1208	EMASSAMENTO DE PAREDES INTERNAS 2 DEMÃOS C/MASSA DE PVA	M2	300,08	12,83	16,47			4.942,32			
8.4	SEINFRA	C3487	APLICAÇÃO DE LIQUÍBRILHO SOBRE PINTURAS, DUAS DEMÃOS	M2	300,08	19,47	24,99			7.499,00			
9										INSTALAÇÕES HIDROSANITÁRIAS			30.059,36
9.1	SEINFRA	C1948	PONTO HIDRÁULICO, MATERIAL E EXECUÇÃO	PT	16,00	256,47	329,16			5.266,56			
9.2	SEINFRA	C1950	PONTO SANITÁRIO, MATERIAL E EXECUÇÃO	PT	16,00	238,04	305,50			4.888,00			
9.3	SEINFRA	C1619	LAVATORIO DE LOUÇA BRANCA S/COLUNA C/TORNEIRA E ACESSÓRIOS	CJ	4,00	542,11	695,75			2.783,00			
9.4	SEINFRA	C0348	BACIA DE LOUÇA BRANCA C/CAIXA ACOPLADA	UN	4,00	661,55	849,04			3.396,16			
9.5	SEINFRA	C4635	BACIA SANITÁRIA PARA CADEIRANTES C/ASSENTO (ABERTURA FRONTAL)	UN	2,00	1.208,36	1.550,83			3.101,66			
9.6	SEINFRA	C1898	PEÇAS DE APOIO DEFICIENTES C/TUBO INOX P/WCS	UN	4,00	195,90	251,42			1.006,68			
9.7	SEINFRA	C1151	DUCHA P/ WC CROMADO (INSTALADO)	UN	6,00	72,80	93,43			560,58			
9.8	SEINFRA	C0797	CHUVEIRO PLÁSTICO (INSTALADO)	UN	4,00	13,22	16,97			67,88			
9.9	SEINFRA	C2093	RALO SECO PVC RÍGIDO	UN	4,00	56,00	71,87			287,48			
9.10	SEINFRA	C0603	CAIXA EM ALVENARIA (40X40X60cm) DE 1/2 TJOLO COMUM,	UN	4,00	297,90	382,33			1.529,32			
9.11	SEINFRA	C2832	LASTRO DE CONCRETO E TAMPA DE CONCRETO	UN	1,00	4.497,57	5.772,24			5.772,24			
9.12	SEINFRA	C3442	FOSSA SÉPTICA E SUMIDOURO EM ALVENARIA	UN	2,00	545,73	700,40			1.400,80			
9.12	SEINFRA	C3442	CAIXA D'ÁGUA EM FIBERGLASS - CAP. 1000L	UN	2,00	545,73	700,40			1.400,80			
10										INSTALAÇÕES ELÉTRICAS			23.959,12
10.1	SEINFRA	C1184	ELETRODUTO FLEXÍVEL, TIPO GARGANTA	M	167,70	17,50	22,46			3.766,54			
10.2	SEINFRA	C1196	ELETRODUTO PVC ROSC.INCL.CONEXÕES D= 25mm (3/4")	M	47,40	18,00	23,10			1.094,94			
10.3	SEINFRA	C1197	ELETRODUTO PVC ROSC.INCL.CONEXÕES D= 32mm (1")	M	29,70	27,32	35,06			1.041,28			
10.4	SEINFRA	C1194	ELETRODUTO PVC ROSC.INCL.CONEXÕES D= 60mm (2")	M	15,50	49,06	62,96			975,88			
10.5	SEINFRA	C2088	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE LUZ EMBUTIR ATÉ 24 DIVISÕES 332X332X95mm, C/BARRAMENTO	UN	1,00	382,16	490,47			490,47			
10.6	SEINFRA	C1093	DISJUNTOR MONOPOLAR EM QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO 16A	UN	3,00	24,07	30,89			92,67			
10.7	SEINFRA	C1095	DISJUNTOR MONOPOLAR EM QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO 20A	UN	3,00	24,07	30,89			92,67			
10.8	SEINFRA	C1096	DISJUNTOR MONOPOLAR EM QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO 25A	UN	6,00	24,07	30,89			166,34			
10.9	SEINFRA	C1127	DISJUNTOR TRIPOLAR EM QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO 50A	UN	1,00	99,06	127,13			127,13			
10.10	SEINFRA	C1128	DISJUNTOR TRIPOLAR EM QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO 60A	UN	1,00	110,75	142,14			142,14			
10.11	SEINFRA	C4377	CABO EM PVC 1000V 2,5 mm²	M	716,70	7,17	9,20			6.593,64			
10.12	SEINFRA	C0554	CABO EM PVC 1000V 4MM2	M	356,30	8,67	11,13			3.966,62			
10.13	SEINFRA	C0547	CABO EM PVC 1000V 10MM2	M	43,50	13,66	17,53			762,56			
10.14	SEINFRA	C0550	CABO EM PVC 1000V 16MM2	M	62,00	18,62	23,90			1.481,80			
10.15	SEINFRA	C1494	INTERRUPTOR UMA TECLA SIMPLES 10A 250V	UN	3,00	17,52	22,49			67,47			
10.16	SEINFRA	C1479	INTERRUPTOR DUAS TECLAS SIMPLES 10A 250V	UN	6,00	30,90	39,66			237,96			
10.17	SEINFRA	C1481	INTERRUPTOR DUAS TECLAS PARALELO 10A 250V	UN	2,00	44,11	56,61			113,22			
10.18	SEINFRA	C4792	TOMADA DUPLA DE EMBUTIR 2P+T 10A-250V	UN	2,00	28,50	36,58			73,16			
10.19	SEINFRA	C2484	TOMADA 2 POLOS MAIS TERRA 20A 250V	UN	6,00	23,28	29,88			179,28			
10.20	SEINFRA	C1766	LÂMPADA FLUORESCENTE DE 32W OU 40W (SUBSTITUIÇÃO)	UN	12,00	16,66	21,38			256,56			
10.21	SEINFRA	C1765	LÂMPADA FLUORESCENTE DE 16W OU 20W (SUBSTITUIÇÃO)	UN	17,00	16,13	20,70			351,90			
10.22	SEINFRA	C0326	ATERRAMENTO COMPLETO C/ HASTE COPPERWELD 3/4"X 2.40M	UN	1,00	324,91	416,99			416,99			
10.23	SEINFRA	C4762	CAIXA DE LIGAÇÃO PVC 4" X 2"	UN	19,00	8,85	11,36			215,84			
10.24	SEINFRA	C4761	CAIXA DE LIGAÇÃO PVC 4" X 4"	UN	29,00	11,18	14,35			416,15			
10.25	SEINFRA	C3504	CAIXA ALVENARIA / REBOCO / C/ TAMPA CONCRETO S/ FUNDO D=30x30x50 cm	UN	1,00	169,79	217,91			217,91			
11										SERVIÇOS DIVERSOS			4.467,81
11.1	SEINFRA	C1628	LIMPEZA GERAL	M2	269,47	12,92	16,58			4.467,81			
								SUBTOTAL		R\$ 478.498,99			
								TOTAL		R\$ 682.998,18			


 Ignácio Costa Filho
 Engenheiro Civil
 RNP: 060415087-3



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE COREAÚ

OBRA: REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL SÃO LUIS
LOCAL: LOCALIDADE DO ALTO DO LIMOEIRO

Memoria de Cálculo de Quantitativos - REFORMA

SERVIÇOS PRELIMINARES
PLACAS PADRÃO DE OBRA

Largura	x	Altura	x	Quant.	=	Area	OBS
3,00	x	1,50	x	1,00	=	4,50 m ²	
				Total	=	4,50 m²	

DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE TIJOLOS S/ REAPROVEITAMENTO

Compr.	x	Altura	x	Espess	-	Esquadrias	=	Area	OBS
0,91	x	3,20	x	0,15	-	0,06	=	0,37 m ²	PAREDE DO DEP. DA CANTINA
4,87	x	2,60	x	0,15	-	0,13	=	1,77 m ²	DEMOLIÇÃO DOS ANTIGOS BANHEIROS
				Total	=	0,37 m²			

DEMOLIÇÃO DE PISO CIMENTADO SOBRE LASTRO DE CONCRETO

Compr.	x	Largura	x	Quant	=	Area	OBS
7,93	x	5,80	x	1,00	=	45,99 m ²	SALA 01
7,80	x	5,80	x	1,00	=	45,24 m ²	SALA 02
3,01	x	3,66	x	1,00	=	11,02 m ²	DEPÓSITO
3,95	x	3,66	x	1,00	=	14,46 m ²	COZINHA
8,07	x	6,00	x	1,00	=	48,42 m ²	SALA 03
				Total	=	78,69 m²	ALPENDRE
					=	243,82 m²	

DEMOLIÇÃO DE PISO CERÂMICO SOBRE LASTRO DE CONCRETO

Compr.	x	Largura	x	Quant	=	Area	OBS
1,08	x	0,81	x	1,00	=	0,87 m ²	W.C MASCULINO
1,08	x	0,81	x	1,00	=	0,87 m ²	W.C FEMININO
7,93	x	5,80	x	1,00	=	45,99 m ²	Sala 01
				Total	=	47,74 m²	

DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO C/CERÂMICAS

Perimetro	x	Altura	x	Quant	-	Esquadrias	=	Area	OBS
4,28	x	1,50	x	1,00	-	1,26	=	5,16 m ²	W.C MASCULINO
4,28	x	1,50	x	1,00	-	1,26	=	5,16 m ²	W.C FEMININO
				Total	=	10,32 m²			

DEMOLIÇÃO DE COBOGOS

Compr.	x	Altura	x	Quant	=	Area	OBS
1,20	x	1,10	x	2,00	=	2,64 m ²	SALA 01
1,20	x	1,10	x	2,00	=	2,64 m ²	SALA 02
1,20	x	1,10	x	2,00	=	2,64 m ²	SALA 03
				Total	=	7,92 m²	

RETIRADA DE PORTAS E JANELAS, INCLUSIVE BATENTES

Compr.	x	Altura	x	Quant	=	Area	OBS
0,80	x	2,10	x	1,00	=	1,68 m ²	SALA 01
0,80	x	2,10	x	2,00	=	3,36 m ²	SALA 02
0,80	x	2,10	x	1,00	=	1,68 m ²	SALA 03
0,80	x	2,10	x	1,00	=	1,68 m ²	COZINHA
0,80	x	2,10	x	1,00	=	1,68 m ²	ANTIGA DIRETORIA
0,60	x	2,10	x	1,00	=	1,26 m ²	ANTIGO W.C MASCULINO
0,60	x	2,10	x	1,00	=	1,26 m ²	ANTIGO W.C FEMININO
0,60	x	2,10	x	1,00	=	1,26 m ²	ANTIGO DEPÓSITO
				Total	=	13,86 m²	

ALTERAÇÕES INTERNAS

ESCAVAÇÃO MANUAL SOLO DE 1A CAT. PROF. ATÉ 1,50m

Compr.	x	Altura	x	Espess	=	Volume	OBS
3,66	x	0,50	x	0,25	=	0,46 m ³	PAREDE DIVIDINDO COZINHA/COPA
				Total	=	0,46 m³	

ALVENARIA DE EMBASAMENTO DE PEDRA ARGAMASSADA

Compr.	x	Altura	x	Espess	=	Volume	OBS
3,66	x	0,25	x	0,25	=	0,23 m ³	PAREDE DIVIDINDO COZINHA/COPA
				Total	=	0,23 m³	

ALVENARIA DE EMBASAMENTO EM TIJOLO CERÂMICO FURADO C/ ARGAMASSA CIMENTO E AREIA 1:4

Compr.	x	Altura	x	Espess	=	Volume	OBS
3,66	x	0,25	x	0,20	=	0,18 m ³	PAREDE DIVIDINDO COZINHA/COPA
				Total	=	0,18 m³	

ALVENARIA DE TIJOLO CERÂMICO FURADO (9x19x19)cm C/ARGAMASSA MISTA DE CAL HIDRATADA ESP.=10cm (1:2:8)

Comprim	x	Altura	x	Quant	-	Esquadrias	=	Area	OBS
3,66	x	3,00	x	1,00	-	1,68	=	9,30 m ²	PAREDE DIVIDINDO COZINHA/COPA
				Total	=	9,30 m²			

Ignacio Costa Filho
Engenheiro Civil
RNP: 060415087

ESQUADRIAS MADEIRA, METÁLICAS E FERRAGENS**PORTA DE ALUMÍNIO ANODIZADO COMPACTA**

Compr.	x	Altura	x	Quant	=	Área		OBS
0,80	x	2,10	x	1,00	=	1,68	m ²	SALA 01
0,80	x	2,10	x	1,00	=	1,68	m ²	SALA 02
0,80	x	2,10	x	1,00	=	1,68	m ²	SALA 03
0,80	x	2,10	x	1,00	=	1,68	m ²	COZINHA
0,80	x	2,10	x	1,00	=	1,68	m ²	DEPOSITO
				Total	=	8,40	m²	

JANELA EM ALUMÍNIO ANODIZADO NATURAL/FOSCO, DE CORRER, COM BANDEIROLA E/OU PEITORIL, SEM VIDRO - FORNECIMENTO E MONTAGEM

Compr.	x	Altura	x	Quant	=	Área		OBS
1,20	x	1,10	x	2,00	=	2,64	m ²	SALA 01
1,20	x	1,10	x	2,00	=	2,64	m ²	SALA 02
1,20	x	1,10	x	2,00	=	2,64	m ²	SALA 03
				Total	=	2,64	m²	

VIDRO TEMPERADO INCOLOR C/MASSA E=6MM, COLOCADO

Compr.	x	Altura	x	Quant	=	Área		OBS
1,20	x	1,10	x	2,00	=	2,64	m ²	SALA 01
1,20	x	1,10	x	2,00	=	2,64	m ²	SALA 02
1,20	x	1,10	x	2,00	=	2,64	m ²	SALA 03
				Total	=	2,64	m²	

COBERTURA**FORRO PVC - LAMBRI (100x6000 OU 200x6000)mm - FORNECIMENTO E MONTAGEM**

Compr.	x	Largura	x	Quant	=	Área		OBS
7,80	x	5,80	x	1,00	=	45,24	m ²	SALA 02
3,01	x	3,66	x	1,00	=	11,02	m ²	DEPOSITO
3,95	x	3,66	x	1,00	=	14,46	m ²	COZINHA
8,07	x	6,00	x	1,00	=	48,42	m ²	SALA 03
				Total	=	119,13	m²	

MADEIRAMENTO P/ TELHA CERÂMICA - (RIPA, CAIBRO)

Compr.	x	Largura	x	Quant	x	Fator	=	Área		OBS
7,93	x	5,80	x	1,00	x	0,50	=	23,00	m ²	SALA 01
7,80	x	5,80	x	1,00	x	0,50	=	22,62	m ²	SALA 02
3,01	x	3,66	x	1,00	x	0,50	=	5,51	m ²	DEPOSITO
3,95	x	3,66	x	1,00	x	0,50	=	7,23	m ²	COZINHA
8,07	x	6,00	x	1,00	x	0,50	=	24,21	m ²	SALA 03
				78,69	x	0,50	=	39,35	m ²	ALPENDRE
				Total			=	121,91	m²	

TELHA CERÂMICA

Compr.	x	Largura	x	Quant	x	Fator	=	Área		OBS
				121,91	x	0,50	=	60,95	m ²	COBERTA
				Total			=	60,95	m²	

CUMEEIRA TELHA CERÂMICA, EMBOÇADA

Comprim	x	Quant	=	Comprim		OBS
31,62	x	1,00	=	31,62	m	COBERTA
		Total	=	31,62	m	

BEIRA E BICA EM TELHA COLONIAL

Comprim	x	Quant	=	Comprim		OBS
31,46	x	1,00	=	31,46	m	ALPENDRE
		Total	=	31,46	m	

PENTOX 2 DEMÃOS APLICADO EM MADEIRAS (CUPINICIDA)

Quant	=	Área		OBS
78,69	=	78,69	m ²	ALPENDRE
Total	=	78,69	m²	

PAREDES**ALVENARIA DE TIJOLO CERÂMICO FURADO (9x19x19)cm C/ARGAMASSA MISTA DE CAL HIDRATADA ESP.=10cm (1:2:8)**

Compr.	x	Altura	x	Quant	=	Área		OBS
1,20	x	1,10	x	2,00	=	2,64	m ²	SALA 01 (COBOGOS)
1,20	x	1,10	x	2,00	=	2,64	m ²	SALA 02 (COBOGOS)
1,20	x	1,10	x	2,00	=	2,64	m ²	SALA 03 (COBOGOS)
				Total	=	7,92	m²	

REVESTIMENTOS**CHAPISCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA S/PENEIRAR TRAÇO 1:3 ESP.= 5mm P/ PAREDE**

Compr.	x	Altura	x	Quant	-	Esquadrias	=	Área		OBS
1,20	x	1,10	x	2,00			=	2,64	m ²	SALA 01 (COBOGOS)
1,20	x	1,10	x	2,00			=	2,64	m ²	SALA 02 (COBOGOS)
1,20	x	1,10	x	2,00			=	2,64	m ²	SALA 03 (COBOGOS)
3,66	x	3,00	x	1,00	-	1,68	=	9,30	m ²	PAREDE DA COZINHA
				Total			=	17,22	m²	

REBOÇO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA S/ PENEIRAR, TRAÇO 1:5

Compr.	x	Altura	x	Quant	-	Esquadrias	=	Área		OBS
1,20	x	1,10	x	2,00			=	2,64	m ²	SALA 01 (COBOGOS)
1,20	x	1,10	x	2,00			=	2,64	m ²	SALA 02 (COBOGOS)
1,20	x	1,10	x	2,00			=	2,64	m ²	SALA 03 (COBOGOS)
3,66	x	3,00	x	1,00	-	1,68	=	9,30	m ²	PAREDE DA COZINHA
				Total			=	17,22	m²	

PISOS**LASTRO DE CONCRETO REGULARIZADO ESP.= 5CM**

Compr.	x	Largura	x	Quant	=	Área		OBS
7,93	x	5,80	x	1,00	=	45,99	m ²	SALA 01
7,80	x	5,80	x	1,00	=	45,24	m ²	SALA 02
3,01	x	3,66	x	1,00	=	11,02	m ²	DEPOSITO


Ignacio Costa Filho
 Engenheiro Civil
 RNP: 060415087-3

3,95	x	3,66	x	1,00	=	14,46	m ²	COZINHA
8,07	x	6,00	x	1,00	=	48,42	m ²	SALA 03
					=	78,69	m ²	ALPENDRE
Total					=	243,82	m²	

PISO INDUSTRIAL NATURAL ESP= 12mm, INCLUS. POLIMENTO (INTERNO)

Compr.	x	Largura	x	Quant	=	Área		OBS
7,93	x	5,80	x	1,00	=	45,99	m ²	SALA 01
7,80	x	5,80	x	1,00	=	45,24	m ²	SALA 02
3,01	x	3,66	x	1,00	=	11,02	m ²	DEPOSITO
3,95	x	3,66	x	1,00	=	14,46	m ²	COZINHA
8,07	x	6,00	x	1,00	=	48,42	m ²	SALA 03
					=	78,69	m ²	ALPENDRE
Total					=	243,82	m²	

PINTURA

LATEX DUAS DEMÃOS EM PAREDES EXTERNAS S/MASSA

Compr.	x	Altura	x	Quant	-	Esquadrias	=	Área		OBS
6,30	x	3,00	x	1,00	-	0,00	=	18,90	m ²	LATERAL EXTERNA DA SALA 03
31,51	x	3,00	x	1,00	-	7,92	=	86,61	m ²	PARTE DOS FUNDOS DAS SALAS
80,58	x	2,60	x	1,00	-	12,06	=	197,45	m ²	FRENTE
69,28	x	2,60	x	1,00	-	0,00	=	180,13	m ²	LATERAL DA QUADRA
36,19	x	3,00	x	1,00	-	10,68	=	97,89	m ²	ALPENDRE
74,48	x	2,60	x	1,00	-	0,00	=	193,65	m ²	FUNDOS
34,66	x	2,60	x	1,00	-	0,00	=	90,12	m ²	LATERAL DA DIREÇÃO
Total					=		=	864,74	m²	

LATEX DUAS DEMÃOS EM PAREDES INTERNAS S/MASSA

Perimetro	x	Altura	x	Quant	-	Esquadrias	=	Área		OBS
27,46	x	2,80	x	1,00	-	1,68	=	75,21	m ²	SALA 01
27,56	x	2,80	x	1,00	-	1,68	=	75,49	m ²	SALA 02
13,34	x	2,80	x	1,00	-	1,68	=	35,67	m ²	DEPOSITO
15,22	x	2,80	x	1,00	-	1,68	=	40,94	m ²	COZINHA
28,14	x	2,80	x	1,00	-	1,68	=	77,11	m ²	SALA 02
Total					=		=	304,42	m²	

EMASSAMENTO DE PAREDES INTERNAS 2 DEMÃOS C/MASSA DE PVA

Perimetro	x	Altura	x	Quant	-	Esquadrias	=	Área		OBS
27,46	x	2,80	x	1,00	-	1,68	=	75,21	m ²	SALA 01
27,56	x	2,80	x	1,00	-	1,68	=	75,49	m ²	SALA 02
13,34	x	2,80	x	1,00	-	1,68	=	35,67	m ²	DEPOSITO
15,22	x	2,80	x	1,00	-	1,68	=	40,94	m ²	COZINHA
28,14	x	2,80	x	1,00	-	1,68	=	77,11	m ²	SALA 02
36,19	x	3,00	x	1,00	-	10,68	=	97,89	m ²	ALPENDRE
Total					=		=	402,30	m²	

APLICAÇÃO DE LIQUIBRILHO SOBRE PINTURAS, DUAS DEMÃOS

Perimetro	x	Altura	x	Quant	-	Esquadrias	=	Área		OBS
6,30	x	3,00	x	1,00	-	0,00	=	18,90	m ²	LATERAL EXTERNA DA SALA 03
31,51	x	3,00	x	1,00	-	7,92	=	86,61	m ²	PARTE DOS FUNDOS DAS SALAS
80,58	x	2,60	x	1,00	-	0,00	=	209,51	m ²	FRENTE
69,28	x	2,60	x	1,00	-	0,00	=	180,13	m ²	LATERAL DA QUADRA
74,48	x	2,60	x	1,00	-	0,00	=	193,65	m ²	FUNDOS
34,66	x	2,60	x	1,00	-	0,00	=	90,12	m ²	LATERAL DA DIREÇÃO
27,46	x	2,80	x	1,00	-	1,68	=	75,21	m ²	SALA 01
27,56	x	2,80	x	1,00	-	1,68	=	75,49	m ²	SALA 02
13,34	x	2,80	x	1,00	-	1,68	=	35,67	m ²	DEPOSITO
15,22	x	2,80	x	1,00	-	1,68	=	40,94	m ²	COZINHA
28,14	x	2,80	x	1,00	-	1,68	=	77,11	m ²	SALA 02
36,19	x	3,00	x	1,00	-	10,68	=	97,89	m ²	ALPENDRE
Total					=		=	1.181,21	m²	

INSTALAÇÕES HIDROSANITÁRIAS

PONTO HIDRÁULICO, MATERIAL E EXECUÇÃO

Quant	=	Quant		OBS
1,00	=	1,00	und	
Total	=	1,00	und	

PONTO SANITÁRIO, MATERIAL E EXECUÇÃO

Quant	=	Quant		OBS
1,00	=	1,00	und	
Total	=	1,00	und	

BANCADA EM GRANITO P/ PIA DE COZINHA, INCL. CUBA DE AÇO INOX E ACESSÓRIOS

Quant	=	Quant		OBS
1,00	=	1,00	und	
Total	=	1,00	und	

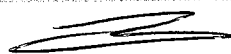
INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

ELETRODUTO FLEXÍVEL, TIPO GARGANTA

Quant	=	Quant		OBS
111,90	=	111,90	m	
Total	=	111,90	m	

ELETRODUTO PVC ROSC. INCL. CONEXÕES D= 25mm (3/4")

Quant	=	Quant		OBS
49,00	=	49,00	m	
Total	=	49,00	m	


Ignacio Costa Filho
Engenheiro Civil
RNP: 060415087-3

ELETRODUTO PVC ROSC. INCL. CONEXÕES D= 32mm (1")					OBS
	Quant	=	Quant		
	28,90	=	28,90	m	
	Total	=	28,90	m	
QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE LUZ EMBUTIR ATÉ 24 DIVISÕES 332X332X95mm, C/BARRAMENTO					OBS
	Quant	=	Quant		
	1,00	=	1,00	und	
	Total	=	1,00	und	
DISJUNTOR MONOPOLAR EM QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO 16A					OBS
	Quant	=	Quant		
	3,00	=	3,00	und	
	Total	=	3,00	und	
DISJUNTOR MONOPOLAR EM QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO 20A					OBS
	Quant	=	Quant		
	3,00	=	3,00	und	
	Total	=	3,00	und	
DISJUNTOR MONOPOLAR EM QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO 25A					OBS
	Quant	=	Quant		
	6,00	=	6,00	und	
	Total	=	6,00	und	
DISJUNTOR TRIPOLAR EM QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO 50A					OBS
	Quant	=	Quant		
	1,00	=	1,00	und	
	Total	=	1,00	und	
CABO EM PVC 1000V 2,5 mm ²					OBS
	Quant	=	Quant		
	56,80	=	56,80	m	Circuito 01 - Fase, neutro, terra e retorno
	103,60	=	103,60	m	Circuito 02 - Fase, neutro, terra e retorno
	182,80	=	182,80	m	Circuito 03 - Fase, neutro, terra e retorno
	123,80	=	123,80	m	Circuito 04 - Fase, neutro e terra
	128,20	=	128,20	m	Circuito 05 - Fase, neutro e terra
	114,50	=	114,50	m	Circuito 06 - Fase, neutro e terra
	Total	=	709,70	m	
CABO EM PVC 1000V 4MM ²					OBS
	Quant	=	Quant		
	65,90	=	65,90	m	Circuito 07 - Fase, neutro e terra
	64,20	=	64,20	m	Circuito 08 - Fase, neutro e terra
	37,40	=	37,40	m	Circuito 09 - Fase, neutro e terra
	29,70	=	29,70	m	Circuito 10 - Fase, neutro e terra
	41,20	=	41,20	m	Circuito 11 - Fase, neutro e terra
	29,30	=	29,30	m	Circuito 12 - Fase, neutro e terra
	Total	=	267,70	m	
INTERRUPTOR UMA TECLA SIMPLES 10A 250V					OBS
	Quant	=	Quant		
	3,00	=	3,00	und	
	Total	=	3,00	und	
INTERRUPTOR DUAS TECLAS SIMPLES 10A 250V					OBS
	Quant	=	Quant		
	3,00	=	3,00	und	
	Total	=	3,00	und	
INTERRUPTOR DUAS TECLAS PARALELO 10A 250V					OBS
	Quant	=	Quant		
	2,00	=	2,00	und	
	Total	=	2,00	und	
TOMADA DUPLA DE EMBUTIR 2P+T 10A-250V					OBS
	Quant	=	Quant		
	14,00	=	14,00	und	
	Total	=	14,00	und	
TOMADA 2 POLOS MAIS TERRA 20A 250V					OBS
	Quant	=	Quant		
	6,00	=	6,00	und	
	Total	=	6,00	und	
LÂMPADA FLUORESCENTE DE 32W OU 40W (SUBSTITUIÇÃO)					OBS
	Quant	=	Quant		
	13,00	=	13,00	und	
	Total	=	13,00	und	
LÂMPADA FLUORESCENTE DE 16W OU 20W (SUBSTITUIÇÃO)					OBS
	Quant	=	Quant		
	11,00	=	11,00	und	
	Total	=	11,00	und	
ATERRAMENTO COMPLETO C/ HASTE COPPERWELD 3/4"X 2.40M					OBS
	Quant	=	Quant		
	1,00	=	1,00	und	
	Total	=	1,00	und	
CAIXA DE LIGAÇÃO PVC 4" X 2"					OBS
	Quant	=	Quant		
	28,00	=	28,00	und	
	Total	=	28,00	und	


Ignacio Costa Filho
 Engenheiro Civil
 RNP: 060415087-3

CAIXA DE LIGAÇÃO PVC 4" X 4"

Quant	=	Quant	OBS
24,00	=	24,00 und	
Total	=	24,00 und	

SERVIÇOS DIVERSOS

LIMPEZA GERAL

Compr.	x	Largura	x	Quant	=	Área	OBS
7,93	x	5,80	x	1,00	=	45,99 m ²	SALA 01
7,80	x	5,80	x	1,00	=	45,24 m ²	SALA 02
3,01	x	3,66	x	1,00	=	11,02 m ²	DEPOSITO
3,95	x	3,66	x	1,00	=	14,46 m ²	COZINHA
8,07	x	6,00	x	1,00	=	48,42 m ²	SALA 03
					=	78,69 m ²	ALPENDRE
				Total	=	243,82 m²	

Memoria de Cálculo de Quantitativos - AMPLIAÇÃO

FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS

LOCAÇÃO DA OBRA - EXECUÇÃO DE GABARITO

Compr.	x	Largura	=	Área	OBS
34,66	x	10,90	=	377,79 m ²	ÁREA DA AMPLIAÇÃO
			=	377,79 m²	

FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS

ESCAVAÇÃO MANUAL SOLO DE 1A CAT. PROF. ATÉ 1,50m

Compr.	x	Largura	x	Altura	x	Quant	=	Volume	OBS
1,00	x	1,00	x	1,50	x	46,00	=	69,00 m ³	Escavação Fundação Pilares
						Total	=	69,00 m³	

FORMA DE TÁBUAS DE 1" DE 3A. P/FUNDAÇÕES UTIL. 5 X

Compr.	x	Altura	x	Quant	=	Volume	OBS
4,00	x	0,45	x	46,00	=	82,80 m ²	SAPATA

FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF_01/2024

Compr.	x	Altura	x	Quant	=	Volume	OBS
90,76	x	0,20	x	2,00	=	36,30 m ²	VIGA INFERIOR
				Total	=	36,30 m²	

FORMA DE TÁBUAS DE 1" DE 3A. P/SUPERESTRUTURA - UTIL. 2 X

Compr.	x	Altura	x	Quant	=	Volume	OBS
90,76	x	0,20	x	2,00	=	36,30 m ²	VIGA SUPERIOR
3,65	x	0,90	x	6,00	=	19,71 m ²	PILAR 25X20
3,65	x	0,64	x	23,00	=	53,73 m ²	PILAR 21X11
3,45	x	0,80	x	17,00	=	46,92 m ²	PILAR 20X20
				Total	=	156,66 m²	

CONCRETO P/IVBR., FCK 25 MPa COM AGREGADO ADQUIRIDO

Quant	=	Volume	OBS
46,00	=	20,70 m ³	SAPATA
1,00	=	2,18 m ³	VIGA INFERIOR
1,00	=	2,18 m ³	VIGA SUPERIOR
6,00	=	1,10 m ³	PILAR 25X20
23,00	=	1,94 m ³	PILAR 21X11
17,00	=	2,35 m ³	PILAR 20X20
Total	=	30,44 m³	

ARMADURA CA-50A MÉDIA D=6,3 A 10,0mm

Comprim.	x	Fator	x	Barras	x	Quant	=	Peso	OBS
14,00	x	0,62	x	1,00	x	46,00	=	397,35 kg	SAPATA
137,32	x	0,62	x	4,00	x	1,00	=	338,91 kg	VIGA INFERIOR
137,32	x	0,62	x	4,00	x	1,00	=	338,91 kg	VIGA SUPERIOR
4,60	x	0,62	x	6,00	x	6,00	=	102,18 kg	PILAR 25X20
4,60	x	0,62	x	4,00	x	23,00	=	261,11 kg	PILAR 21X11
4,40	x	0,62	x	4,00	x	17,00	=	184,61 kg	PILAR 20X20
				Total + 10%			=	1.785,35 Kg	

ARMADURA CA-60 FINA D=3,40 A 6,40mm

Comprim.	x	Fator	x	Barras	x	Quant	=	Peso	OBS
350,90	x	0,11	x	1,00	x	1,00	=	38,25 kg	VIGA INFERIOR
350,90	x	0,11	x	1,00	x	1,00	=	38,25 kg	VIGA SUPERIOR
18,48	x	0,11	x	1,00	x	6,00	=	12,09 kg	PILAR 25X20
12,76	x	0,11	x	1,00	x	23,00	=	31,99 kg	PILAR 21X11
15,54	x	0,11	x	1,00	x	17,00	=	28,80 kg	PILAR 20X20
				Total + 10%			=	164,31 Kg	

LANÇAMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO S/ ELEVAÇÃO

Quant	=	Volume	OBS
46,00	=	20,70 m ³	SAPATA
1,00	=	2,18 m ³	VIGA INFERIOR
1,00	=	2,18 m ³	VIGA SUPERIOR
6,00	=	1,10 m ³	PILAR 25X20
23,00	=	1,94 m ³	PILAR 21X11
17,00	=	2,35 m ³	PILAR 20X20
Total	=	30,44 m³	

LAJE PRÉ-FABRICADA P/ FÔRRO - VÃO ACIMA DE 4,01 m

Compr.	x	Largura	x	Quant	=	Área	OBS
6,00	x	2,88	x	1,00	=	17,28 m ²	W.C MASCULINO
6,00	x	2,88	x	1,00	=	17,28 m ²	W.C FEMININO


Ignacio Costa Filho
Engenheiro Civil
RNP: 060415087-3

Total = 34,56 m²

LAJE PRÉ-FABRICADA P/ FÔRRO - VÃO DE 2,01 A 3 m

Compr.	x	Largura	x	Quant	=	Área		OBS
1,75	x	2,72	x	1,00	=	4,76	m²	W.C PROFESSORES
1,75	x	2,72	x	1,00	=	4,76	m²	W.C'S DIREÇÃO
				Total	=	9,52	m²	

VERGA RETA DE CONCRETÃO ARMADO

Compr.	x	Largura	x	Altura	x	Quant	=	Volume		OBS
0,15	x	1,20	x	0,10	x	2,00	=	0,04	m³	
0,15	x	1,10	x	0,10	x	5,00	=	0,08	m³	
0,15	x	1,00	x	0,10	x	2,00	=	0,03	m³	
0,15	x	1,60	x	0,10	x	4,00	=	0,10	m³	
				Total	=	0,24	m³			

ALVENARIAS

ATERRO C/COMPACTAÇÃO MECÂNICA E CONTROLE, MAT. DE AQUISIÇÃO

Compr.	x	Largura	x	Altura	=	Volume		OBS
34,66	x	10,90	x	0,55	=	207,79	m³	ÁREA DA AMPLIAÇÃO
2,22	x	2,22	x	2,00	=	9,86	m³	SISTERNA
				Total	=	217,64	m³	

ESCAVAÇÃO MANUAL SOLO DE 1A.CAT. PROF. ATÉ 1,50m

Compr.	x	Altura	x	Espeç	=	Volume		OBS
14,20	x	0,50	x	0,50	=	3,55	m³	SALA 05
14,30	x	0,50	x	0,50	=	3,58	m³	SALA 04
26,01	x	0,50	x	0,50	=	6,50	m³	W.C'S
17,49	x	0,50	x	0,50	=	4,37	m³	SALA DOS PROFESSORES
5,22	x	0,50	x	0,50	=	1,31	m³	DEPÓSITO
4,77	x	0,50	x	0,50	=	1,19	m³	W.C DOS PROFESSORES
4,77	x	0,50	x	0,50	=	1,19	m³	W.C DIREÇÃO
4,00	x	0,50	x	0,50	=	1,00	m³	DIREÇÃO
				Total	=	22,69	m³	

ALVENARIA DE EMBASAMENTO DE PEDRA ARGAMASSADA

Compr.	x	Altura	x	Espeç	=	Volume		OBS
14,20	x	0,50	x	0,50	=	3,55	m³	SALA 05
14,30	x	0,50	x	0,50	=	3,58	m³	SALA 04
26,01	x	0,50	x	0,50	=	6,50	m³	W.C'S
17,49	x	0,50	x	0,50	=	4,37	m³	SALA DOS PROFESSORES
5,22	x	0,50	x	0,50	=	1,31	m³	DEPÓSITO
4,77	x	0,50	x	0,50	=	1,19	m³	W.C DOS PROFESSORES
4,77	x	0,50	x	0,50	=	1,19	m³	W.C DIREÇÃO
4,00	x	0,50	x	0,50	=	1,00	m³	DIREÇÃO
				Total	=	22,69	m³	

ALVENARIA DE EMBASAMENTO EM TIJOLO CERÂMICO FURADO C/ ARGAMASSA CIMENTO E AREIA 1:4

Compr.	x	Altura	x	Espeç	=	Volume		OBS
14,20	x	0,50	x	0,50	=	3,55	m³	SALA 05
14,30	x	0,50	x	0,50	=	3,58	m³	SALA 04
26,01	x	0,50	x	0,50	=	6,50	m³	W.C'S
17,49	x	0,50	x	0,50	=	4,37	m³	SALA DOS PROFESSORES
5,22	x	0,50	x	0,50	=	1,31	m³	DEPÓSITO
4,77	x	0,50	x	0,50	=	1,19	m³	W.C DOS PROFESSORES
4,77	x	0,50	x	0,50	=	1,19	m³	W.C DIREÇÃO
4,00	x	0,50	x	0,50	=	1,00	m³	DIREÇÃO
				Total	=	22,69	m³	

ALVENARIA DE TIJOLO CERÂMICO FURADO (9x19x19)cm C/ARGAMASSA MISTA DE CAL HIDRATADA ESP.=10cm (1:2:8)

Comprim	x	Altura	x	Quant	-	Esquadrias	=	Área		OBS
14,20	x	3,00	x	1,00	-	4,32	=	38,28	m²	SALA 05
14,30	x	3,00	x	1,00	-	4,32	=	38,58	m²	SALA 04
11,87	x	3,00	x	1,00	-	4,58	=	31,03	m²	W.C'S
12,59	x	2,00	x	1,00	-	2,25	=	22,93	m²	W.C'S DIVISÓRIAS
17,49	x	3,00	x	1,00	-	1,68	=	50,79	m²	SALA DOS PROFESSORES
5,22	x	3,00	x	1,00	-	1,68	=	13,98	m²	DEPÓSITO
4,77	x	3,00	x	1,00	-	1,67	=	12,64	m²	W.C DOS PROFESSORES
4,77	x	3,00	x	1,00	-	1,67	=	12,64	m²	W.C DIREÇÃO
4,00	x	3,00	x	1,00	-	1,68	=	10,32	m²	DIREÇÃO
34,66	x	0,40	x	1,00	-	0,00	=	13,86	m²	AUMENTAR ALTURA DA PAREDE EXISTENTE
				Total	=	231,19	m²			

ESQUADRIAS MADEIRA, METÁLICAS E FERRAGENS

PORTA DE ALUMÍNIO ANODIZADO COMPACTA

Compr.	x	Altura	x	Quant	=	Área		OBS
0,80	x	2,10	x	1,00	=	1,68	m²	SALA 04
0,80	x	2,10	x	1,00	=	1,68	m²	SALA 05
0,80	x	2,10	x	1,00	=	1,68	m²	SALA DOS PROFESSORES
0,80	x	2,10	x	1,00	=	1,68	m²	DEP. LIMPEZA
0,80	x	2,10	x	1,00	=	1,68	m²	DIREÇÃO
0,70	x	2,10	x	1,00	=	1,47	m²	W.C PROF
0,70	x	2,10	x	1,00	=	1,47	m²	W.C DIREÇÃO
0,60	x	1,50	x	4,00	=	3,60	m²	W.C'S
0,90	x	1,50	x	4,00	=	5,40	m²	W.C'S
				Total	=	20,34	m²	

JANELA EM ALUMÍNIO ANODIZADO NATURAL/FOSCO, DE CORRER, COM BANDEIROLA E/OU PEITORIL, SEM VIDRO - FORNECIMENTO E MONTAGEM

Compr.	x	Altura	x	Quant	=	Área		OBS
--------	---	--------	---	-------	---	------	--	-----

1,20	x	1,10	x	2,00	=	2,64	m²	SALA 04
1,20	x	1,10	x	2,00	=	2,64	m²	SALA 05
0,50	x	0,40	x	4,00	=	0,80	m²	W.C'S
0,50	x	0,40	x	1,00	=	0,20	m²	W.C DOS PROFESSORES
0,50	x	0,40	x	1,00	=	0,20	m²	W.C DIREÇÃO
				Total	=	6,48	m²	

VIDRO TEMPERADO INCOLOR C/MASSA E=6MM, COLOCADO

Compr.	x	Altura	x	Quant	=	Área		OBS
1,20	x	1,10	x	2,00	=	2,64	m²	SALA 04
1,20	x	1,10	x	2,00	=	2,64	m²	SALA 05
0,50	x	0,40	x	4,00	=	0,80	m²	W.C'S
0,50	x	0,40	x	1,00	=	0,20	m²	W.C DOS PROFESSORES
0,50	x	0,40	x	1,00	=	0,20	m²	W.C DIREÇÃO
				Total	=	6,48	m²	

COBERTURA

ESTRUTURA DE MADEIRA P/ TELHA CERÂMICA OU CONCRETO VÃO 3 A 7m (TESOURAS / TERÇAS / CONTRAVENTAMENTOS / FERRAGENS)

Compr.	x	Largura	x	Quant	=	Área		OBS
8,00	x	6,00	x	1,00	=	48,00	m²	SALA 04
8,00	x	6,00	x	1,00	=	48,00	m²	SALA 05
5,00	x	6,00	x	1,00	=	30,00	m²	SALA DOS PROFESSORES
4,00	x	6,00	x	1,00	=	24,00	m²	DIREÇÃO
				Total	=	150,00	m²	

MADEIRAMENTO P/ TELHA CERÂMICA - (RIPA, CAIBRO, LINHA)

Compr.	x	Largura	x	Quant	=	Área		OBS
34,38	x	1,85	x	1,00	=	63,60	m²	ALPENDRE
2,90	x	2,00	x	1,00	=	5,80	m²	CIRCULAÇÃO
2,72	x	2,20	x	1,00	=	5,98	m²	DEP.LIMPEZA
				Total	=	75,38	m²	

MADEIRAMENTO P/ TELHA CERÂMICA - (RIPA, CAIBRO)

Compr.	x	Largura	x	Quant	=	Área		OBS
8,00	x	6,00	x	1,00	=	48,00	m²	SALA 04
8,00	x	6,00	x	1,00	=	48,00	m²	SALA 05
5,00	x	6,00	x	1,00	=	30,00	m²	SALA DOS PROFESSORES
4,00	x	6,00	x	1,00	=	24,00	m²	DIREÇÃO
				Total	=	150,00	m²	

TELHA CERÂMICA

Compr.	x	Largura	x	Quant	=	Área		OBS
8,00	x	6,00	x	1,00	=	48,00	m²	SALA 04
8,00	x	6,00	x	1,00	=	48,00	m²	SALA 05
5,00	x	6,00	x	1,00	=	30,00	m²	SALA DOS PROFESSORES
4,00	x	6,00	x	1,00	=	24,00	m²	DIREÇÃO
34,38	x	1,85	x	1,00	=	63,60	m²	ALPENDRE
2,90	x	2,00	x	1,00	=	5,80	m²	CIRCULAÇÃO
2,72	x	2,20	x	1,00	=	5,98	m²	DEP.LIMPEZA
1,75	x	2,72	x	1,00	=	4,76	m²	W.C PROFESSORES
1,75	x	2,72	x	1,00	=	4,76	m²	W.C'S DIREÇÃO
6,00	x	2,88	x	1,00	=	17,28	m²	W.C MASCULINO
6,00	x	2,88	x	1,00	=	17,28	m²	W.C FEMININO
				Total	=	269,47	m²	

FORRO PVC - LAMBRI (100x6000 OU 200x6000)mm - FORNECIMENTO E MONTAGEM

Compr.	x	Largura	x	Quant	=	Área		OBS
8,00	x	6,00	x	1,00	=	48,00	m²	SALA 04
8,00	x	6,00	x	1,00	=	48,00	m²	SALA 05
5,00	x	6,00	x	1,00	=	30,00	m²	SALA DOS PROFESSORES
4,00	x	6,00	x	1,00	=	24,00	m²	DIREÇÃO
2,72	x	2,20	x	1,00	=	5,98	m²	DEP.LIMPEZA
				Total	=	155,98	m²	

PENTOX 2 DEMÃOS APLICADO EM MADEIRAS (CUPINICIDA)

Compr.	x	Largura	x	Quant	=	Área		OBS
34,38	x	1,85	x	1,00	=	63,60	m²	ALPENDRE
2,90	x	2,00	x	1,00	=	5,80	m²	CIRCULAÇÃO
				Total	=	69,40	m²	

CUMEEIRA TELHA CERÂMICA, EMBOÇADA

Comprim	x	Quant	=	Comprim		OBS
34,38	x	1,00	=	34,38	m	COBERTA
2,90	x	1,00	=	2,90	m	CIRCULAÇÃO
		Total	=	34,38	m	

BEIRA E BICA EM TELHA COLONIAL


Comprim	x	Quant	=	Comprim		OBS
34,38	x	1,00	=	34,38	m	ALPENDRE
		Total	=	34,38	m	

REVESTIMENTOS

CHAPISCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA S/PENEIRAR TRAÇO 1:3 ESP. = 5mm P/ PAREDE

Perimetro	x	Altura	x	Quant	=	Área		OBS
14,20	x	3,00	x	1,00	=	42,60	m²	SALA 05
14,30	x	3,00	x	1,00	=	42,90	m²	SALA 04
11,87	x	3,00	x	1,00	=	35,61	m²	W.C'S
12,59	x	2,00	x	1,00	=	25,18	m²	W.C'S DIVISÓRIAS
17,49	x	3,00	x	1,00	=	52,47	m²	SALA DOS PROFESSORES
5,22	x	3,00	x	1,00	=	15,66	m²	DEPÓSITO
4,77	x	3,00	x	1,00	=	14,31	m²	W.C DOS PROFESSORES
4,77	x	3,00	x	1,00	=	14,31	m²	W.C DIREÇÃO
4,00	x	3,00	x	1,00	=	12,00	m²	DIREÇÃO
38,08	x	3,00	x	1,00	=	114,24	m²	ALPENDRE
				Total	=	333,25	m²	

EMBOÇO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA S/ PENEIRAR, TRAÇO 1:3


Ignacio Costa Filho
 Engenheiro Civil
 RNP: 060415087-3

Perimetro	x	Altura	x	Quant	-	Esquadrias	=	Área		OBS
11,87	x	3,00	x	1,00	-	4,58	=	35,61	m ²	W.C'S
12,59	x	2,00	x	1,00	-	2,25	=	25,18	m ²	W.C'S DIVISÓRIAS
4,77	x	3,00	x	1,00	-	1,67	=	14,31	m ²	W.C DOS PROFESSORES
4,77	x	3,00	x	1,00	-	1,67	=	14,31	m ²	W.C DIREÇÃO
				Total				89,41	m²	

REBOCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA S/ PENEIRAR, TRAÇO 1:3

Perimetro	x	Altura	x	Quant	-	Esquadrias	=	Área		OBS
14,20	x	3,00	x	1,00	-	4,32	=	38,28	m ²	SALA 05
14,30	x	3,00	x	1,00	-	4,32	=	38,58	m ²	SALA 04
11,87	x	3,00	x	1,00	-	4,58	=	31,03	m ²	W.C'S
12,59	x	2,00	x	1,00	-	2,25	=	22,93	m ²	W.C'S DIVISÓRIAS
17,49	x	3,00	x	1,00	-	1,68	=	50,79	m ²	SALA DOS PROFESSORES
5,22	x	3,00	x	1,00	-	1,68	=	13,98	m ²	DEPOSITO
4,77	x	3,00	x	1,00	-	1,67	=	12,64	m ²	W.C DOS PROFESSORES
4,77	x	3,00	x	1,00	-	1,67	=	12,64	m ²	W.C DIREÇÃO
4,00	x	3,00	x	1,00	-	1,68	=	10,32	m ²	DIREÇÃO
38,08	x	3,00	x	1,00	-	12,18	=	102,06	m ²	ALPENDRE
				Total				333,25	m²	

CERÂMICA ESMALTADA RETIFICADA C/ ARG. PRÉ-FABRICADA ACIMA DE 30x30cm (900cm²) - PEI-5/PEI-4 - P/ PAREDE

Perimetro	x	Altura	x	Quant	=	Área		OBS
11,87	x	3,00	x	1,00	=	35,61	m ²	W.C'S
12,59	x	2,00	x	1,00	=	25,18	m ²	W.C'S DIVISORIAS
4,77	x	3,00	x	1,00	=	14,31	m ²	W.C DOS PROFESSORES
4,77	x	3,00	x	1,00	=	14,31	m ²	W.C DIREÇÃO
				Total		89,41	m²	

REJUNTAMENTO C/ ARG. PRÉ-FABRICADA, JUNTA ATÉ 2mm EM CERÂMICA, ATÉ 30x30 cm (900 cm²) (PAREDE/PISO)

Perimetro	x	Altura	x	Quant	=	Área		OBS
11,87	x	3,00	x	1,00	=	35,61	m ²	W.C'S
12,59	x	2,00	x	1,00	=	25,18	m ²	W.C'S DIVISORIAS
4,77	x	3,00	x	1,00	=	14,31	m ²	W.C DOS PROFESSORES
4,77	x	3,00	x	1,00	=	14,31	m ²	W.C DIREÇÃO
				Total		89,41	m²	

PISOS

LASTRO DE CONCRETO REGULARIZADO ESP = 5CM

Compr.	x	Largura	x	Quant	=	Área		OBS
8,00	x	6,00	x	1,00	=	48,00	m ²	SALA 04
8,00	x	6,00	x	1,00	=	48,00	m ²	SALA 05
5,00	x	6,00	x	1,00	=	30,00	m ²	SALA DOS PROFESSORES
4,00	x	6,00	x	1,00	=	24,00	m ²	DIREÇÃO
34,38	x	1,85	x	1,00	=	63,60	m ²	ALPENDRE
2,90	x	2,00	x	1,00	=	5,80	m ²	CIRCULAÇÃO
2,72	x	2,20	x	1,00	=	5,98	m ²	DEP.LIMPEZA
1,75	x	2,72	x	1,00	=	4,76	m ²	W.C' PROFESSORES
1,75	x	2,72	x	1,00	=	4,76	m ²	W.C'S DIREÇÃO
6,00	x	2,88	x	1,00	=	17,28	m ²	W.C' MASCULINO
6,00	x	2,88	x	1,00	=	17,28	m ²	W.C FEMININO
				Total		269,47	m²	

PISO INDUSTRIAL NATURAL ESP = 12mm, INCLUS. POLIMENTO (INTERNO)

Compr.	x	Largura	x	Quant	=	Área		OBS
8,00	x	6,00	x	1,00	=	48,00	m ²	SALA 04
8,00	x	6,00	x	1,00	=	48,00	m ²	SALA 05
5,00	x	6,00	x	1,00	=	30,00	m ²	SALA DOS PROFESSORES
4,00	x	6,00	x	1,00	=	24,00	m ²	DIREÇÃO
34,38	x	1,85	x	1,00	=	63,60	m ²	ALPENDRE
2,90	x	2,00	x	1,00	=	5,80	m ²	CIRCULAÇÃO
2,72	x	2,20	x	1,00	=	5,98	m ²	DEP.LIMPEZA
				Total		225,39	m²	

CERÂMICA ESMALTADA RETIFICADA C/ ARG. PRÉ-FABRICADA ACIMA DE 30x30 cm (900 cm²) - PEI-5/PEI-4 - P/ PISO

Compr.	x	Largura	x	Quant	=	Área		OBS
1,75	x	2,72	x	1,00	=	4,76	m ²	W.C' PROFESSORES
1,75	x	2,72	x	1,00	=	4,76	m ²	W.C'S DIREÇÃO
6,00	x	2,88	x	1,00	=	17,28	m ²	W.C' MASCULINO
6,00	x	2,88	x	1,00	=	17,28	m ²	W.C FEMININO
				Total		44,08	m²	

REJUNTAMENTO C/ ARG. PRÉ-FABRICADA, JUNTA ATÉ 2mm EM CERÂMICA, ATÉ 30x30 cm (900 cm²) (PAREDE/PISO)

Compr.	x	Largura	x	Quant	=	Área		OBS
1,75	x	2,72	x	1,00	=	4,76	m ²	W.C' PROFESSORES
1,75	x	2,72	x	1,00	=	4,76	m ²	W.C'S DIREÇÃO
6,00	x	2,88	x	1,00	=	17,28	m ²	W.C' MASCULINO
6,00	x	2,88	x	1,00	=	17,28	m ²	W.C FEMININO
				Total		44,08	m²	

LASTRO DE AREIA ADQUIRIDA

Área	x	Espessura	=	Área		OBS
99,28	x	0,06	=	5,96	m ³	ÁREA DESCOBERTA
		Total		5,96	m³	

LONA PLÁSTICA PRETA APLICADA EM PISOS

Área	=	Área		OBS
99,28	=	99,28	m ²	ÁREA DESCOBERTA
Total		99,28	m²	

PISO INTERTRAVADO TIPO TIJOLINHO (20 X 10 X 4CM), CINZA - COMPACTAÇÃO MECANIZADA

Área	=	Área		OBS
99,28	=	99,28	m ²	ÁREA DESCOBERTA

Total = 99,28 m²

PINTURA

LATEX DUAS DEMÃOS EM PAREDES EXTERNAS S/MASSA

Perimetro	x	Altura	x	Quant	-	Esquadrias	=	Área		OBS
38,08	x	3,00	x	1,00	-	12,18	=	102,06	m²	ALPENDRE

LATEX DUAS DEMÃOS EM PAREDES INTERNAS S/MASSA

Perimetro	x	Altura	x	Quant	-	Esquadrias	=	Área		OBS
14,20	x	2,60	x	1,00	-	4,32	=	32,60	m²	SALA 05
14,30	x	2,60	x	1,00	-	4,32	=	32,86	m²	SALA 04
11,87	x	2,60	x	1,00	-	4,58	=	26,28	m²	W.C'S
12,59	x	1,80	x	1,00	-	2,25	=	20,41	m²	W.C'S DIVISÓRIAS
17,49	x	2,60	x	1,00	-	1,68	=	43,79	m²	SALA DOS PROFESSORES
5,22	x	2,60	x	1,00	-	1,68	=	11,89	m²	DEPOSITO
4,77	x	2,60	x	1,00	-	1,67	=	10,73	m²	W.C DOS PROFESSORES
4,77	x	2,60	x	1,00	-	1,67	=	10,73	m²	W.C DIREÇÃO
4,00	x	2,60	x	1,00	-	1,68	=	8,72	m²	DIREÇÃO
38,08	x	3,00	x	1,00	-	12,18	=	102,06	m²	ALPENDRE
				Total			=	300,08	m²	

EMASSAMENTO DE PAREDES INTERNAS 2 DEMÃOS C/MASSA DE PVA

Perimetro	x	Altura	x	Quant	-	Esquadrias	=	Área		OBS
14,20	x	2,60	x	1,00	-	4,32	=	32,60	m²	SALA 05
14,30	x	2,60	x	1,00	-	4,32	=	32,86	m²	SALA 04
11,87	x	2,60	x	1,00	-	4,58	=	26,28	m²	W.C'S
12,59	x	1,80	x	1,00	-	2,25	=	20,41	m²	W.C'S DIVISÓRIAS
17,49	x	2,60	x	1,00	-	1,68	=	43,79	m²	SALA DOS PROFESSORES
5,22	x	2,60	x	1,00	-	1,68	=	11,89	m²	DEPOSITO
4,77	x	2,60	x	1,00	-	1,67	=	10,73	m²	W.C DOS PROFESSORES
4,77	x	2,60	x	1,00	-	1,67	=	10,73	m²	W.C DIREÇÃO
4,00	x	2,60	x	1,00	-	1,68	=	8,72	m²	DIREÇÃO
38,08	x	3,00	x	1,00	-	12,18	=	102,06	m²	ALPENDRE
				Total			=	300,08	m²	

APLICAÇÃO DE LIQUIBRILHO SOBRE PINTURAS, DUAS DEMÃOS

Perimetro	x	Altura	x	Quant	-	Esquadrias	=	Área		OBS
14,20	x	2,60	x	1,00	-	4,32	=	32,60	m²	SALA 05
14,30	x	2,60	x	1,00	-	4,32	=	32,86	m²	SALA 04
11,87	x	2,60	x	1,00	-	4,58	=	26,28	m²	W.C'S
12,59	x	1,80	x	1,00	-	2,25	=	20,41	m²	W.C'S DIVISÓRIAS
17,49	x	2,60	x	1,00	-	1,68	=	43,79	m²	SALA DOS PROFESSORES
5,22	x	2,60	x	1,00	-	1,68	=	11,89	m²	DEPOSITO
4,77	x	2,60	x	1,00	-	1,67	=	10,73	m²	W.C DOS PROFESSORES
4,77	x	2,60	x	1,00	-	1,67	=	10,73	m²	W.C DIREÇÃO
4,00	x	2,60	x	1,00	-	1,68	=	8,72	m²	DIREÇÃO
38,08	x	3,00	x	1,00	-	12,18	=	102,06	m²	ALPENDRE
				Total			=	300,08	m²	

INSTALAÇÕES HIDROSANITÁRIAS

PONTO HIDRAULICO, MATERIAL E EXECUÇÃO

Quant	=	Quant		OBS
16,00	=	16,00	und	
Total	=	16,00	und	

PONTO SANITÁRIO, MATERIAL E EXECUÇÃO

Quant	=	Quant		OBS
16,00	=	16,00	und	
Total	=	16,00	und	

LAVATÓRIO DE LOUÇA BRANCA S/COLUNA C/TORNEIRA E ACESSÓRIOS

Quant	=	Quant		OBS
4,00	=	4,00	und	
Total	=	4,00	und	

BACIA DE LOUÇA BRANCA C/CAIXA ACOPLADA

Quant	=	Quant		OBS
4,00	=	4,00	und	
Total	=	4,00	und	

BACIA SANITÁRIA PARA CADEIRANTES C/ ASSENTO (ABERTURA FRONTAL)

Quant	=	Quant		OBS
2,00	=	2,00	und	
Total	=	2,00	und	

PEÇAS DE APOIO DEFICIENTES C/TUBO INOX P/WC'S

Quant	=	Quant		OBS
4,00	=	4,00	und	
Total	=	4,00	und	

DUCHA P/ WC CROMADO (INSTALADO)

Quant	=	Quant		OBS
6,00	=	6,00	und	
Total	=	6,00	und	

CHUVEIRO PLÁSTICO (INSTALADO)

Quant	=	Quant		OBS
4,00	=	4,00	und	
Total	=	4,00	und	

RALO SECO PVC RÍGIDO

Quant	=	Quant		OBS
4,00	=	4,00	und	
Total	=	4,00	und	

CAIXA EM ALVENARIA (40X40X60cm) DE 1/2 TIJOLO COMUM, LASTRO DE CONCRETO E TAMPAS DE CONCRETO

Quant	=	Quant		OBS
4,00	=	4,00	und	
Total	=	4,00	und	

FOSSA SEPTICA E SUMIDOURO EM ALVENARIA

Quant	=	Quant		OBS
1,00	=	1,00	und	
Total	=	1,00	und	

CAIXA D'ÁGUA EM FIBERGLASS - CAP. 1000L

Quant	=	Quant		OBS
	=			

Ignacio Costa Filho
Engenheiro Civil
RNB: 000112

2,00 = 2,00 und
Total = 2,00 und

INSTALAÇÕES ELETRICAS

ELETRODUTO FLEXIVEL, TIPO GARGANTA

Quant = Quant OBS
 167,70 = 167,70 m
Total = 167,70 m

ELETRODUTO PVC ROSC. INCL. CONEXÕES D= 25mm (3/4")

Quant = Quant OBS
 47,40 = 47,40 m
Total = 47,40 m

ELETRODUTO PVC ROSC. INCL. CONEXÕES D= 32mm (1")

Quant = Quant OBS
 29,70 = 29,70 m
Total = 29,70 m

ELETRODUTO PVC ROSC. INCL. CONEXÕES D= 60mm (2")

Quant = Quant OBS
 15,50 = 15,50 m
Total = 15,50 m

QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE LUZ EMBUTIR ATÉ 24 DIVISÕES 332X332X95mm, C/BARRAMENTO

Quant = Quant OBS
 1,00 = 1,00 und
Total = 1,00 und

DISJUNTOR MONOPOLAR EM QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO 16A

Quant = Quant OBS
 3,00 = 3,00 und
Total = 3,00 und

DISJUNTOR MONOPOLAR EM QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO 20A

Quant = Quant OBS
 3,00 = 3,00 und
Total = 3,00 und

DISJUNTOR MONOPOLAR EM QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO 25A

Quant = Quant OBS
 6,00 = 6,00 und
Total = 6,00 und

DISJUNTOR TRIPOLAR EM QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO 50A

Quant = Quant OBS
 1,00 = 1,00 und
Total = 1,00 und

DISJUNTOR TRIPOLAR EM QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO 60A

Quant = Quant OBS
 1,00 = 1,00 und
Total = 1,00 und

CABO EM PVC 1000V 2,5 mm²

Quant = Quant OBS
 85,00 = 85,00 m
 125,30 = 125,30 m
 184,00 = 184,00 m
 115,70 = 115,70 m
 100,00 = 100,00 m
 106,70 = 106,70 m
Total = 716,70 m

OBS
 Circuito 01 - Fase, neutro, terra e retorno
 Circuito 02 - Fase, neutro, terra e retorno
 Circuito 03 - Fase, neutro, terra e retorno
 Circuito 04 - Fase, neutro e terra
 Circuito 05 - Fase, neutro e terra
 Circuito 06 - Fase, neutro e terra

CABO EM PVC 1000V 4MM2

Quant = Quant OBS
 44,00 = 46,00 m
 49,90 = 27,80 m
 82,60 = 44,10 m
 108,10 = 49,80 m
 137,80 = 82,60 m
 29,30 = 106,00 m
Total = 356,30 m

OBS
 Circuito 07 - Fase, neutro e terra
 Circuito 08 - Fase, neutro e terra
 Circuito 09 - Fase, neutro e terra
 Circuito 10 - Fase, neutro e terra
 Circuito 11 - Fase, neutro e terra
 Circuito 12 - Fase, neutro e terra

CABO EM PVC 1000V 10MM2

Quant = Quant OBS
 43,50 = 43,50 m
Total = 43,50 m

OBS
 QDQ 02 AO QDC 01 - 3 FASES + NEUTRO

CABO EM PVC 1000V 16MM2

Quant = Quant OBS
 62,00 = 62,00 m
Total = 62,00 m

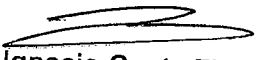
OBS
 QDC 01 à MEDIÇÃO - 3 FASES + NEUTRO

INTERRUPTOR UMA TECLA SIMPLES 10A 250V

Quant = Quant OBS
 3,00 = 3,00 und
Total = 3,00 und

INTERRUPTOR DUAS TECLAS SIMPLES 10A 250V

Quant = Quant OBS
 6,00 = 6,00 und
Total = 6,00 und


Ignacio Costa Filho
Engenheiro Civil
RNP: 060415087 2

INTERRUPTOR DUAS TECLAS PARALELO 10A 250V

Quant	=	Quant	OBS
2,00	=	2,00 und	
Total	=	2,00 und	

TOMADA 2 PÓLOS MAIS TERRA 20A 250V

Quant	=	Quant	OBS
6,00	=	6,00 und	
Total	=	6,00 und	

LÂMPADA FLUORESCENTE DE 32W OU 40W (SUBSTITUIÇÃO)

Quant	=	Quant	OBS
12,00	=	12,00 und	
Total	=	12,00 und	

LÂMPADA FLUORESCENTE DE 16W OU 20W (SUBSTITUIÇÃO)

Quant	=	Quant	OBS
17,00	=	17,00 und	
Total	=	17,00 und	

ATERRAMENTO COMPLETO C/ HASTE COPPERWELD 3/4" X 2.40M

Quant	=	Quant	OBS
1,00	=	1,00 und	
Total	=	1,00 und	

CAIXA DE LIGAÇÃO PVC 4" X 2"

Quant	=	Quant	OBS
19,00	=	19,00 und	
Total	=	19,00 und	

CAIXA DE LIGAÇÃO PVC 4" X 4"

Quant	=	Quant	OBS
29,00	=	29,00 und	
Total	=	29,00 und	

CAIXA ALVENARIA / REBOCO / C/ TAMPAS CONCRETO S/ FUNDO DI=30x30x50 cmi

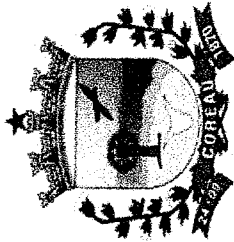
Quant	=	Quant	OBS
1,00	=	1,00 und	
Total	=	1,00 und	

SERVIÇOS DIVERSOS

LIMPEZA GERAL

Compr.	x	Largura	x	Quant	=	Area	OBS
8,00	x	6,00	x	1,00	=	48,00 m ²	SALA 04
8,00	x	6,00	x	1,00	=	48,00 m ²	SALA 05
5,00	x	6,00	x	1,00	=	30,00 m ²	SALA DOS PROFESSORES
4,00	x	6,00	x	1,00	=	24,00 m ²	DIREÇÃO
34,38	x	1,85	x	1,00	=	63,60 m ²	ALPENDRE
2,90	x	2,00	x	1,00	=	5,80 m ²	CIRCULAÇÃO
2,72	x	2,20	x	1,00	=	5,98 m ²	DEP. LIMPEZA
1,75	x	2,72	x	1,00	=	4,76 m ²	W.C. PROFESSORES
1,75	x	2,72	x	1,00	=	4,76 m ²	W.C'S DIREÇÃO
6,00	x	2,88	x	1,00	=	17,28 m ²	W.C. MASCULINO
6,00	x	2,88	x	1,00	=	17,28 m ²	W.C FEMININO
				Total	=	289,47 m²	



 Ignácio Costa Filho
 Engenheiro Civil
 RNP: 060415087-3

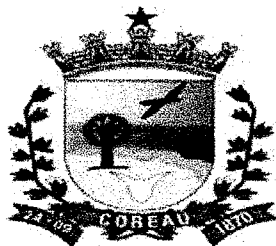


ESTADO DO CEARA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COREAÚ

OBRA: REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL SÃO LUIS
 LOCAL: LOCALIDADE DO ALTO DO LIMOIRO

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO												TOTAL	
		30 DIAS		60 DIAS		90 DIAS		120 DIAS		150 DIAS		180 DIAS			
		%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR
			0,00												
1	REFORMA DO PRÉDIO EXISTENTE	15,00%	30.674,88	15,00%	30.674,88	20,00%	40.899,84	20,00%	40.899,84	15,00%	30.674,88	15,00%	30.674,88	15,00%	30.674,88
2	AMPLIAÇÃO	15,00%	71.774,85	15,00%	71.774,85	20,00%	95.699,80	20,00%	95.699,80	15,00%	71.774,85	15,00%	71.774,85	15,00%	71.774,85
TOTAL PARCIAL		15,00%	102.449,73	15,00%	102.449,73	20,00%	136.599,64	20,00%	136.599,64	15,00%	102.449,73	15,00%	102.449,73	15,00%	102.449,73
TOTAL GERAL		15,00%	102.449,73	30,00%	204.899,45	50,00%	347.599,09	70,00%	478.098,73	85,00%	560.548,45	65,00%	682.998,18	65,00%	682.998,18


 Ignácio Costa Filho
 Engenheiro Civil
 RNC: 060415087-3

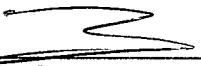


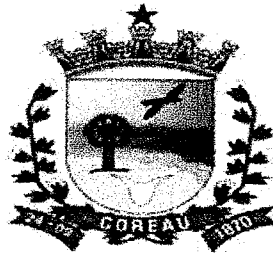
ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE COREAÚ

OBRA: REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL SÃO LUIS
LOCAL: LOCALIDADE DO ALTO DO LIMOEIRO

COMPOSIÇÃO DE BDI		
COD	DESCRIÇÃO	%
Despesas Indiretas		
AC	Administração central	5,50
DF	Despesas financeiras	0,59
R	Riscos	0,97
Benefício		
S + G	Garantia/seguros	0,80
L	Lucro	6,75
I	Impostos	10,25
	PIS	0,65
	COFINS	3,00
	ISS	3,00
	CPRB (2%, Apenas quando tiver desoneração INSS)	3,60
	TOTAL DOS IMPOSTOS	10,25
BDI =		28,34%

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$$


Ignácio Costa Filho
Engenheiro Civil
RNP: 060415087-3

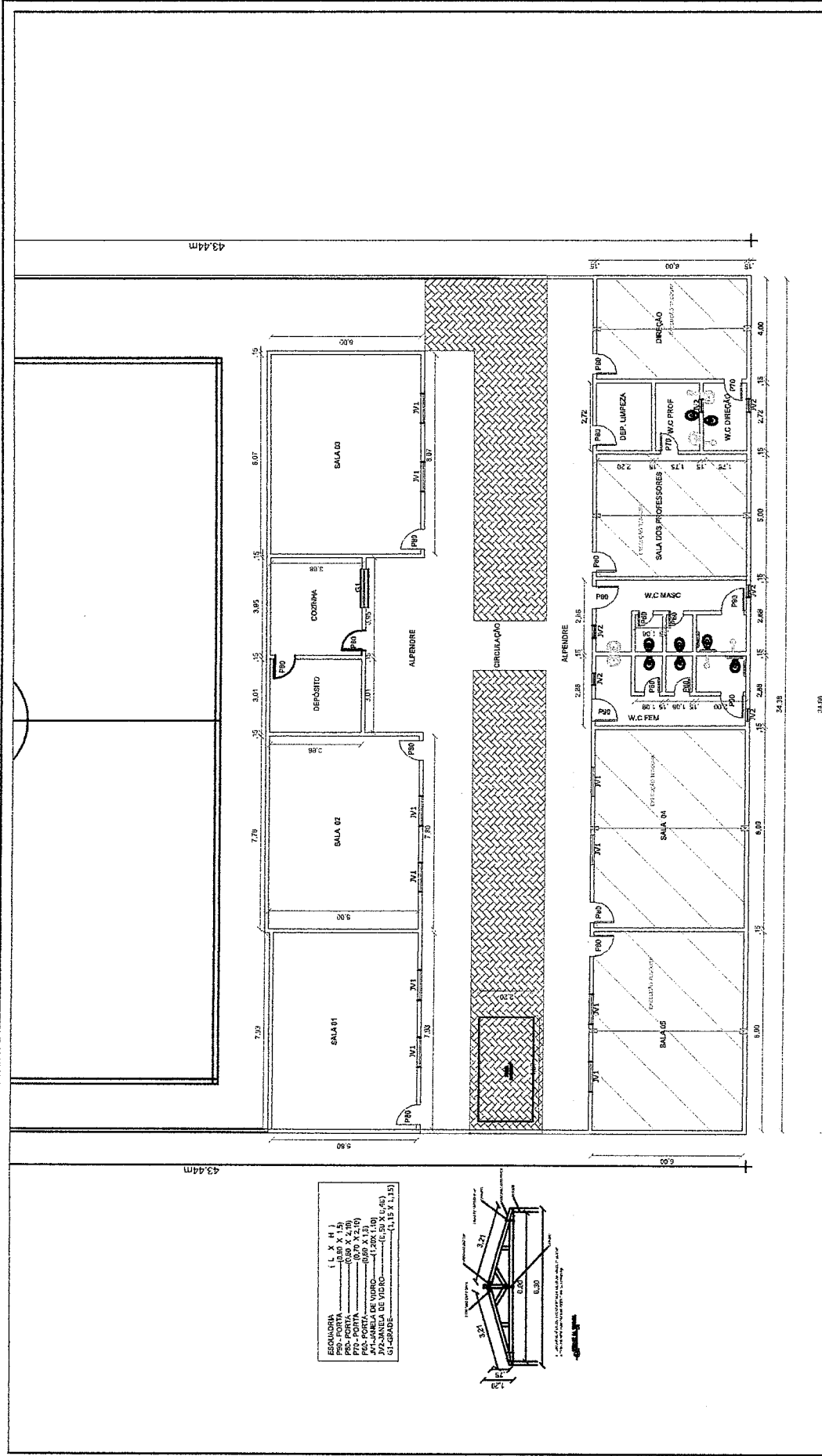


ESTADO DO CEARÁ
 PREFEITURA MUNICIPAL DE COREAÚ
 OBRA: REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL SÃO LUIS

ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA (COM DESONERAÇÃO)

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	HORISTA	MENSALISTA
		%	%
GRUPO A			
A1	INSS	0,00	0,00
A2	SESI	1,50	1,50
A3	SENAI	1,00	1,00
A4	INCRA	0,20	0,20
A5	SEBRAE	0,60	0,60
A6	Salário Educação	2,50	2,50
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00	3,00
A8	FGTS	8,00	8,00
A9	SECONCI	0,00	0,00
A	Total dos Encargos Sociais Básicos	16,80	16,80
GRUPO B			
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,85	0,00
B2	Ferriados	3,71	0,00
B3	Auxílio-Enfermidade	0,87	0,66
B4	13º Salário	11,03	8,33
B5	Licença Paternidade	0,07	0,05
B6	Faltas Justificadas	0,74	0,56
B7	Dias de Chuva	1,59	0,00
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,11	0,08
B9	Férias Gozadas	12,35	9,33
B10	Salário Maternidade	0,04	0,03
B	Total dos Encargos Sociais que recebem incidências de A	48,36	19,04
GRUPO C			
C1	Aviso Prévio Indenizado	5,52	4,17
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,13	0,10
C3	Férias Indenizadas	1,72	1,30
C4	Depósito Rescisão sem Justa Causa	2,87	2,17
C5	Indenização Adicional	0,46	0,35
C	Total dos Encargos Sociais que não recebem incidências de A	10,70	8,09
GRUPO D			
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	8,12	3,20
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e	0,46	0,35
D	Total de Reincidências de um grupo sobre o outro	8,58	3,55
TOTAL (A + B + C + D + E)		84,44	47,48

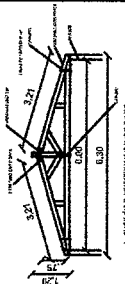

 Ignácio Costa Filho
 Eng. Civil
 Rnp: 0604150873



43,44m

43,44m

ESQUADRIA	(L x H)
PRO-PORTA	(0,80 X 2,10)
PRO-JANELA	(0,80 X 2,10)
J1-J10	(1,20 X 1,00)
J11-J15	(1,20 X 1,00)
J16-J20	(1,20 X 1,00)
J21-J25	(1,20 X 1,00)
J26-J30	(1,20 X 1,00)
J31-J35	(1,20 X 1,00)
J36-J40	(1,20 X 1,00)
J41-J45	(1,20 X 1,00)
J46-J50	(1,20 X 1,00)



PREFEITURA MUNICIPAL DE COREAÚ

PLANTA BAIXA: REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA SÃO LUÍS

ASSINADO	IGNÁCIO COSTA FILHO		
PROJETO	ARQUITETÔNICO	DESENHO	IGNÁCIO COSTA FILHO
FECHA	1/100	DATA	JANEIRO DE DE 2026
			02/04

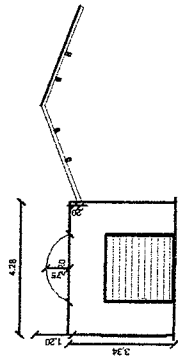
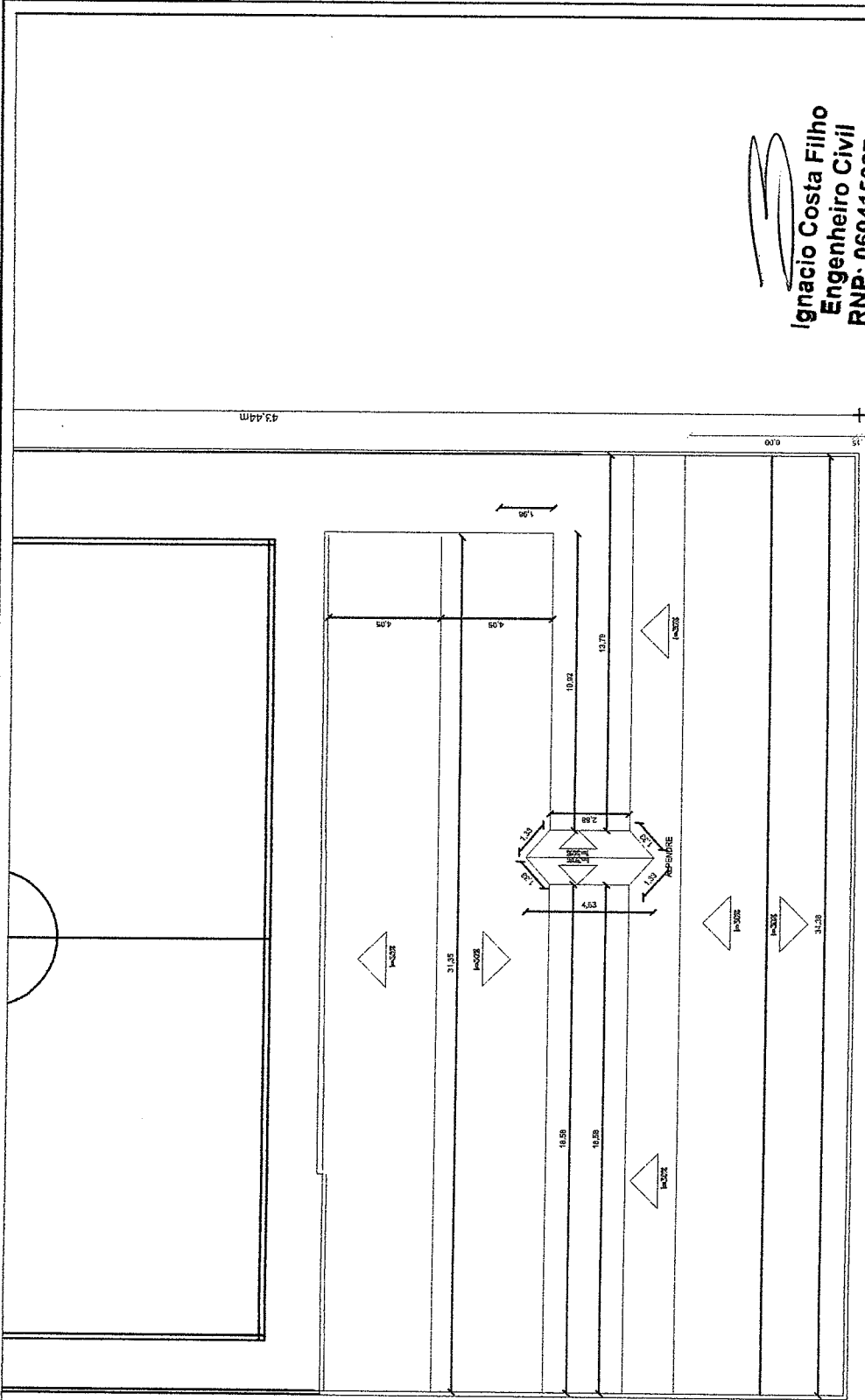


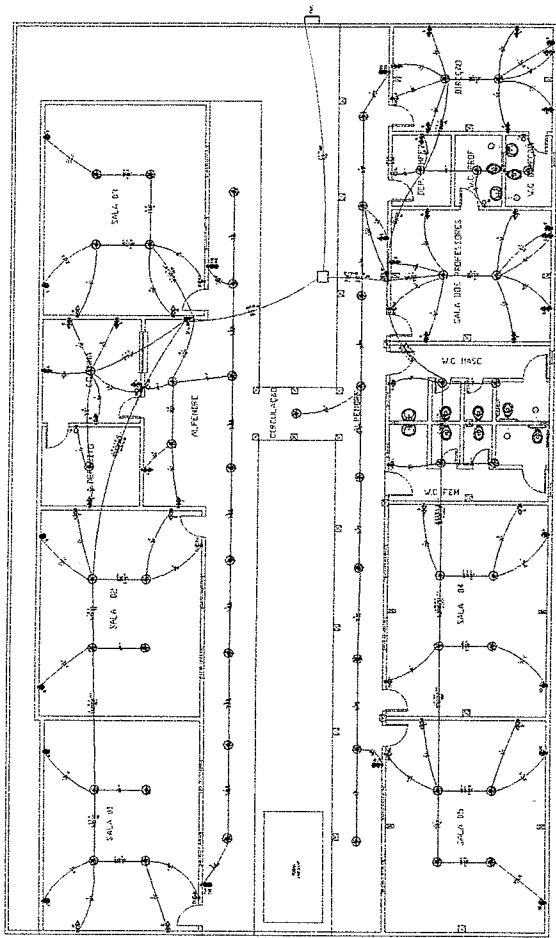
Ignacio Costa Filho
Engenheiro Civil
RNP: 060415087-3



Ignacio Costa Filho
Engenheiro Civil
RNP: 060415087-3

PREFEITURA MUNICIPAL DE COREAÚ	
PLANTA BAIXA: REFORMA E AMPLIÇÃO DA ESCOLA SÃO LUIS	
ESCALA	PROF. E
1/100	ESTRUTURAL
DATA	PROJ. E
JANEIRO DE DE 2026	IGNACIO COSTA FILHO
	PLANICIA
	04/04





LEGENDA DE SIMBOLOS

1	Interruptor de 1 pólo
2	Interruptor de 2 pólos
3	Interruptor de 3 pólos
4	Interruptor de 4 pólos
5	Interruptor de 5 pólos
6	Interruptor de 6 pólos
7	Interruptor de 7 pólos
8	Interruptor de 8 pólos
9	Interruptor de 9 pólos
10	Interruptor de 10 pólos
11	Interruptor de 11 pólos
12	Interruptor de 12 pólos
13	Interruptor de 13 pólos
14	Interruptor de 14 pólos
15	Interruptor de 15 pólos
16	Interruptor de 16 pólos
17	Interruptor de 17 pólos
18	Interruptor de 18 pólos
19	Interruptor de 19 pólos
20	Interruptor de 20 pólos
21	Interruptor de 21 pólos
22	Interruptor de 22 pólos
23	Interruptor de 23 pólos
24	Interruptor de 24 pólos
25	Interruptor de 25 pólos
26	Interruptor de 26 pólos
27	Interruptor de 27 pólos
28	Interruptor de 28 pólos
29	Interruptor de 29 pólos
30	Interruptor de 30 pólos
31	Interruptor de 31 pólos
32	Interruptor de 32 pólos
33	Interruptor de 33 pólos
34	Interruptor de 34 pólos
35	Interruptor de 35 pólos
36	Interruptor de 36 pólos
37	Interruptor de 37 pólos
38	Interruptor de 38 pólos
39	Interruptor de 39 pólos
40	Interruptor de 40 pólos
41	Interruptor de 41 pólos
42	Interruptor de 42 pólos
43	Interruptor de 43 pólos
44	Interruptor de 44 pólos
45	Interruptor de 45 pólos
46	Interruptor de 46 pólos
47	Interruptor de 47 pólos
48	Interruptor de 48 pólos
49	Interruptor de 49 pólos
50	Interruptor de 50 pólos
51	Interruptor de 51 pólos
52	Interruptor de 52 pólos
53	Interruptor de 53 pólos
54	Interruptor de 54 pólos
55	Interruptor de 55 pólos
56	Interruptor de 56 pólos
57	Interruptor de 57 pólos
58	Interruptor de 58 pólos
59	Interruptor de 59 pólos
60	Interruptor de 60 pólos
61	Interruptor de 61 pólos
62	Interruptor de 62 pólos
63	Interruptor de 63 pólos
64	Interruptor de 64 pólos
65	Interruptor de 65 pólos
66	Interruptor de 66 pólos
67	Interruptor de 67 pólos
68	Interruptor de 68 pólos
69	Interruptor de 69 pólos
70	Interruptor de 70 pólos
71	Interruptor de 71 pólos
72	Interruptor de 72 pólos
73	Interruptor de 73 pólos
74	Interruptor de 74 pólos
75	Interruptor de 75 pólos
76	Interruptor de 76 pólos
77	Interruptor de 77 pólos
78	Interruptor de 78 pólos
79	Interruptor de 79 pólos
80	Interruptor de 80 pólos
81	Interruptor de 81 pólos
82	Interruptor de 82 pólos
83	Interruptor de 83 pólos
84	Interruptor de 84 pólos
85	Interruptor de 85 pólos
86	Interruptor de 86 pólos
87	Interruptor de 87 pólos
88	Interruptor de 88 pólos
89	Interruptor de 89 pólos
90	Interruptor de 90 pólos
91	Interruptor de 91 pólos
92	Interruptor de 92 pólos
93	Interruptor de 93 pólos
94	Interruptor de 94 pólos
95	Interruptor de 95 pólos
96	Interruptor de 96 pólos
97	Interruptor de 97 pólos
98	Interruptor de 98 pólos
99	Interruptor de 99 pólos
100	Interruptor de 100 pólos

Plano QDC 01

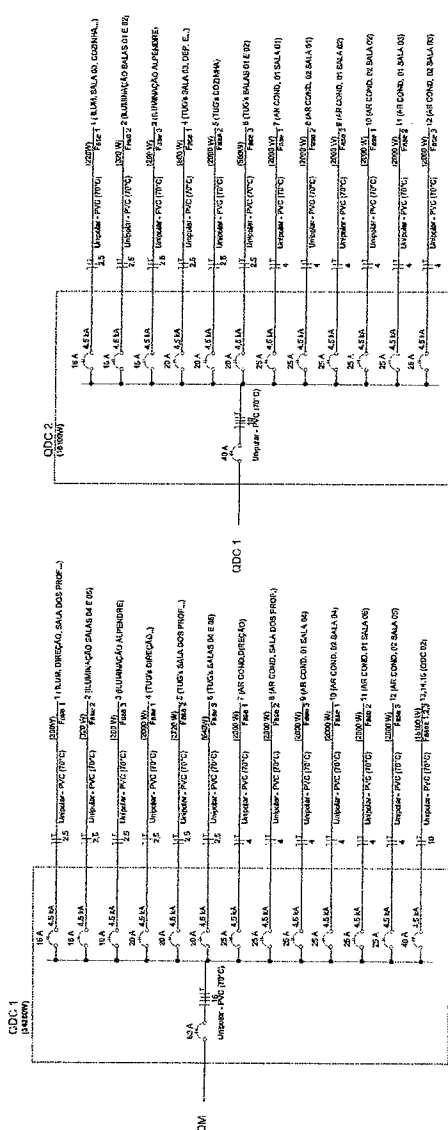
Atividade: 2024/01/15

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Interruptor de 1 pólo	100	unidade	1,00	100,00
2	Interruptor de 2 pólos	50	unidade	2,00	100,00
3	Interruptor de 3 pólos	25	unidade	4,00	100,00
4	Interruptor de 4 pólos	15	unidade	6,67	100,00
5	Interruptor de 5 pólos	10	unidade	10,00	100,00
6	Interruptor de 6 pólos	8	unidade	12,50	100,00
7	Interruptor de 7 pólos	6	unidade	16,67	100,00
8	Interruptor de 8 pólos	5	unidade	20,00	100,00
9	Interruptor de 9 pólos	4	unidade	25,00	100,00
10	Interruptor de 10 pólos	3	unidade	33,33	100,00
11	Interruptor de 11 pólos	2	unidade	50,00	100,00
12	Interruptor de 12 pólos	1	unidade	100,00	100,00

Plano QDC 02

Atividade: 2024/01/15

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Interruptor de 1 pólo	100	unidade	1,00	100,00
2	Interruptor de 2 pólos	50	unidade	2,00	100,00
3	Interruptor de 3 pólos	25	unidade	4,00	100,00
4	Interruptor de 4 pólos	15	unidade	6,67	100,00
5	Interruptor de 5 pólos	10	unidade	10,00	100,00
6	Interruptor de 6 pólos	8	unidade	12,50	100,00
7	Interruptor de 7 pólos	6	unidade	16,67	100,00
8	Interruptor de 8 pólos	5	unidade	20,00	100,00
9	Interruptor de 9 pólos	4	unidade	25,00	100,00
10	Interruptor de 10 pólos	3	unidade	33,33	100,00
11	Interruptor de 11 pólos	2	unidade	50,00	100,00
12	Interruptor de 12 pólos	1	unidade	100,00	100,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE COREAÚ

ASSISTENTE: **PLANTA ELÉTRICA : REFORMA E AMPLIAÇÃO EMEF SÃO LUIZ**

ESCALA: **1/100** DATA: **JANEIRO/ 2026**

PROFESSOR: **YOLANDA L. M. GOMES**

PROFESSOR: **01/01**

Ignacio Costa Filho
Engenheiro Civil
CNP: 060415087-3



RELATÓRIO FOTOGRÁFICO ESCOLA MUNICIPAL SÃO LUIS





FOTO 01: SALA ONDE SERÁ FORRADA COM FORRO PVC TROCADO O PISO PARA INDUSTRIAL.



FOTO 02: VISTA DA ÁREA QUE SERÁ REALIZADA A AMPLIAÇÃO

Ignacio Costa Filho
Engenheiro Civil
RNP: 060415087-3



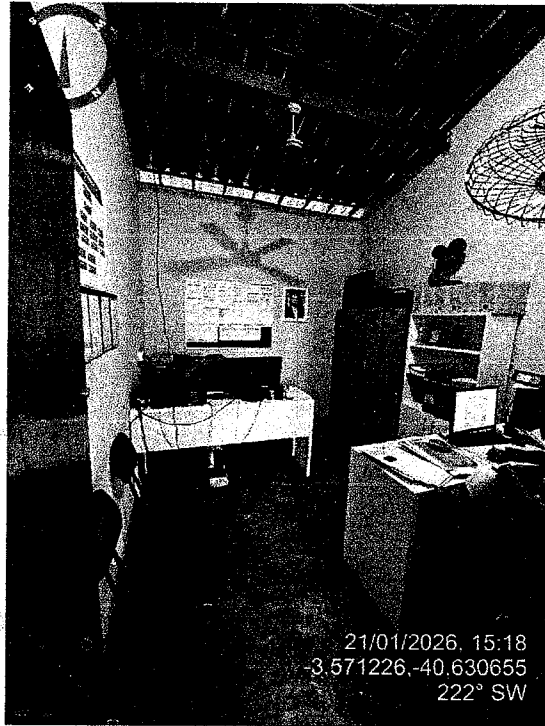


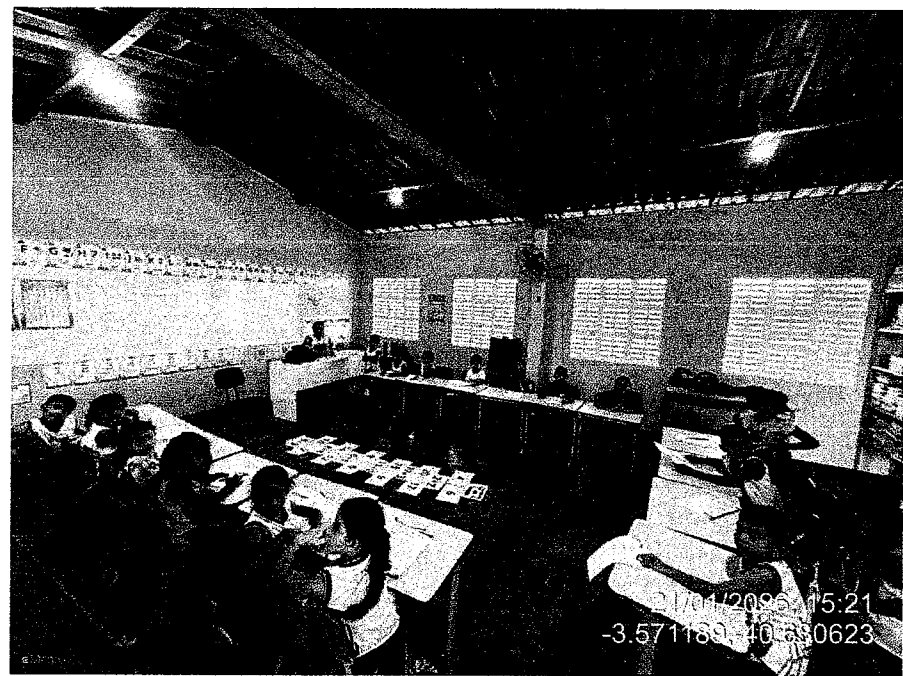
FOTO 03: ANTIGA SALA DA DIREÇÃO



FOTO 04: FACHADA DA ESCOLA

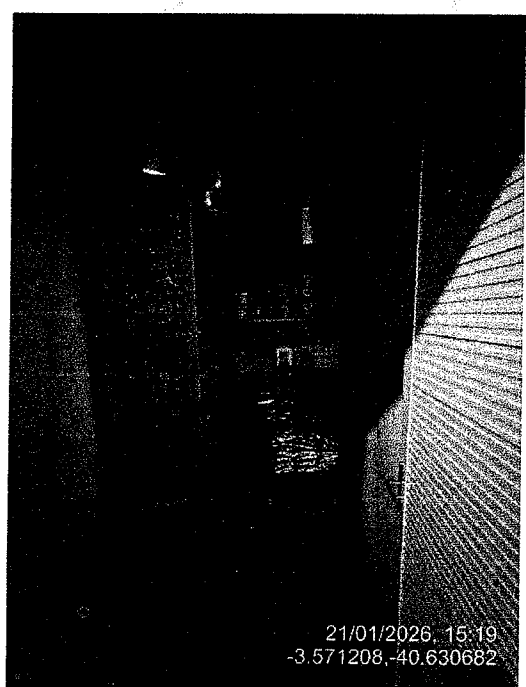
Ignácio Costa Filho
Engenheiro Civil
RNP: 060415087-3





21/01/2026 15:21
-3.571189 -40.630623

FOTO 05: SALA ONDE SERÁ FORRADA COM FORRO PVC TROCADO O PISO PARA INDUSTRIAL.



21/01/2026 15:19
-3.571208 -40.630682

FOTO 06: DEPÓSITO DE ALIMENTOS

Ignacio Costa Filho
Engenheiro Civil
RNP: 060415087-3





FOTO 07: SALA ONDE SERÁ TROCADO O PISO PARA INDUSTRIAL.

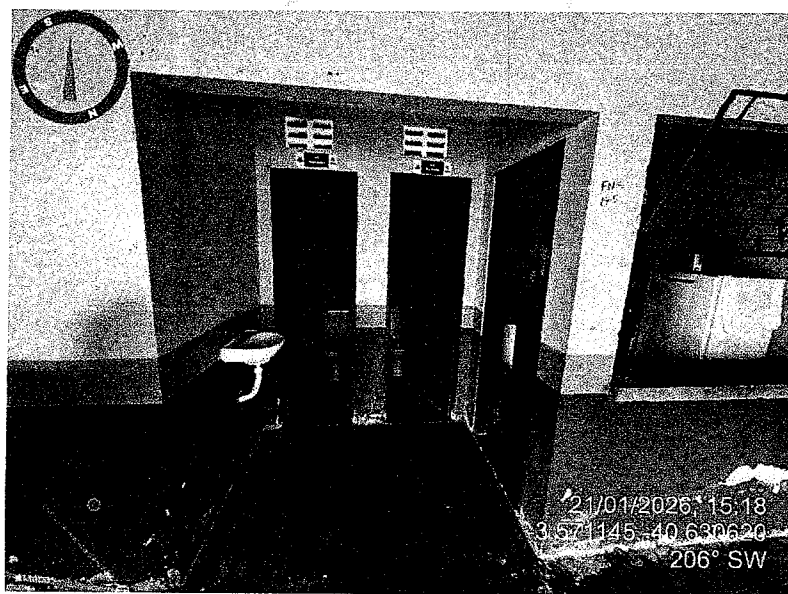


FOTO 08: VISTA DOS BANHEIROS AO LADO DA CANTINA


Ignácio Costa Filho
Engenheiro Civil
RNP: 060415087-3





FOTO 09: VISTA DO LOCAL DA AMPLIAÇÃO



FOTO 10: VISTA DA FACHADA DA ESCOLA

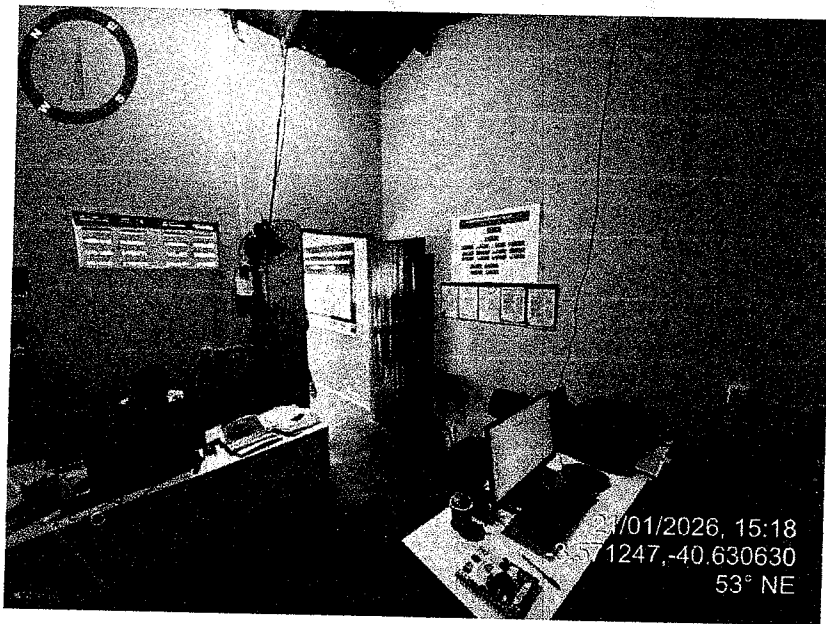

Ignacio Costa Filho
Engenheiro Civil
RNP: 060415087-3





21/01/2026, 15:17
-3.571284, -40.630657
354° N

FOTO 11: VISTA DO LOCAL DA AMPLIAÇÃO



21/01/2026, 15:18
-3.571247, -40.630630
53° NE

FOTO 12: VISTA DA SALA DA DIREÇÃO

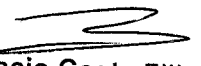

Ignacio Costa Filho
Engenheiro Civil
RNP: 060415087-3





FOTO 13: VISTA INTERNA DA SALA



FOTO 14: VISTA INTERNA DA CANTINA

IGNÁCIO COSTA FILHO
ENGENHEIRO CIVIL
RNP: 0604150873





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-CE

ART OBRA / SERVIÇO
Nº CE20261812191

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará

COMPLEMENTAR à
CE20241471777

1. Responsável Técnico

IGNÁCIO COSTA FILHO

Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**

RNP: **0604150873**

Registro: **14142D CE**

Empresa contratada: **ENAV PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA**

Registro : **0000388350-CE**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE COREAÚ**

CPF/CNPJ: **07.598.618/0001-44**

AVENIDA DOM JOSÉ

Nº: **55**

Complemento:

Bairro: **CENTRO**

Cidade: **COREAÚ**

UF: **CE**

CEP: **62160000**

Contrato: **2023.03.20.04**

Celebrado em: **20/03/2023**

Valor: **R\$ 73.800,00**

Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**

Ação Institucional: **NENHUMA - NÃO OPTANTE**

3. Dados da Obra/Serviço

AVENIDA DOM JOSÉ

Nº: **55**

Complemento:

Bairro: **CENTRO**

Cidade: **COREAÚ**

UF: **CE**

CEP: **62160000**

Data de Início: **20/03/2023**

Previsão de término: **31/12/2026**

Coordenadas Geográficas: **-3.553861, -40.654982**

Finalidade:

Código: **Não Especificado**

Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE COREAÚ**

CPF/CNPJ: **07.598.618/0001-44**

4. Atividade Técnica

14 - Elaboração

Quantidade

Unidade

80 - Projeto > PLANEJAMENTO URBANO, METROPOLITANO E REGIONAL > DESENHO URBANO > #10.9.1 - DE DESENHO URBANO

1,00

un

35 - Elaboração de orçamento > PLANEJAMENTO URBANO, METROPOLITANO E REGIONAL > DESENHO URBANO > #10.9.1 - DE DESENHO URBANO

1,00

un

38 - Especificação > PLANEJAMENTO URBANO, METROPOLITANO E REGIONAL > DESENHO URBANO > #10.9.1 - DE DESENHO URBANO

1,00

un

18 - Fiscalização

Quantidade

Unidade

60 - Fiscalização de obra > PLANEJAMENTO URBANO, METROPOLITANO E REGIONAL > DESENHO URBANO > #10.9.1 - DE DESENHO URBANO

1,00

un

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

ART REFERENTE À ELABORAÇÃO DE PROJETO, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL SÃO LUÍS, LOCALIZADA NA COMUNIDADE DE ALTO DO LIMOEIRO, JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE COREAÚ/CE.

6. Declarações

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

7. Entidade de Classe

NENHUMA - NÃO OPTANTE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima



Documento assinado eletronicamente
com credenciais de login e senha

IGNÁCIO COSTA FILHO

RNP: **0604150873**

Data: **30/01/2026 12:04:17**

Local

de

data

de

IGNÁCIO COSTA FILHO - CPF: 777.001.633-91

PREFEITURA MUNICIPAL DE COREAÚ - CNPJ: 07.598.618/0001-44

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://crea-ce.sitac.com.br/publico/>, com a chave: xwZC6
Impresso em: 30/01/2026 às 12:08:17 por: , ip: 191.7.211.149





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-CE

ART OBRA / SERVIÇO
Nº CE20261812191

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará

COMPLEMENTAR à
CE20241471777

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

Valor da ART: R\$ 108,39 Registrada em: 30/01/2026 Valor pago: R\$ 108,40 Nosso Número: 8218554097

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://crea-ce.sitac.com.br/publico/>, com a chave: xwZC6
Impresso em: 30/01/2026 às 12:08:17 por: , ip: 191.7.211.149

www.creace.org.br
Tel: (85) 3453-5800

faleconosco@creace.org.br
Fax: (85) 3453-5804

CREA-CE
Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia do Ceará

